



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE BIOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS

**ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: CONSTRUÇÃO DE
MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO ACERVO DO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPUEM NITERÓI**

**Orientador(es): Dra. Suelen Marques Adriani
Dra. Neuza Rejane Wille Lima**



NITERÓI

2024

ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS

**ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL: CONSTRUÇÃO DE MATERIAL AUDIODESCRITIVO
DO ACERVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU EM
NITERÓI**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense como requisito à obtenção do grau de Mestre em Diversidade e Inclusão.

**Orientadora: Dra. Suelen Marques Adriani
Coorientadora: Dra. Neuza Rejane Wille Lima**

**UFF
2024**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCV
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S237a Santos, Alessandra Alves dos
ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
CONSTRUÇÃO DE MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO ACERVO DO MUSEU DE
ARQUEOLOGIA DE ITAIPU EM NITERÓI / Alessandra Alves dos
Santos. - 2024.
78 f.: il.

Orientador: Suelen Marques Adriani.
Coorientador: Neuza Rejane Wille Lima.
Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Biologia, Niterói, 2024.

1. Cegueira. 2. Sambaqui. 3. Tecnologia Assistiva. 4.
Educação Patrimonial. 5. Produção intelectual. I. Adriani,
Suelen Marques, orientadora. II. Lima, Neuza Rejane Wille,
coorientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto
de Biologia. IV. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
CONSTRUÇÃO DE MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO ACERVO DO MUSEU
DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU EM NITERÓI

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da
Universidade Federal Fluminense como requisito à obtenção do grau de Mestre em
Diversidade e Inclusão.

Banca Examinadora:

Dr(a). Suelen Adriani Marques: _____
(Orientador(a) e Presidente da Banca)
CPF 008.565.527-98 – CMPDI

Dr(a). Neuza Rejane Willie Lima: _____
(Coorientadora)
CPF: - UFF

Dr(a). Alice Akemi Yamasaki: _____
(Membro Titular Interno)
CPF: 125.015.808-77- CMPDI

Dr(a). Dagmar de Mello e Silva: _____
(Membro Titular
Externo)
CPF: - UFF

Dr(a). Ruth Maria Mariani Braz: _____
(Membro Suplente Interno e Revisora)
CPF: 640.517.577-49- CMPDI

Dr(a). Anne Caroline Rodrigues dos Santos: _____
(Membro Titular
Externo)
CPF: CPF: 098.761.844-07 - (Faculdade de Medicina de Três Rios)

Dedico este trabalho aos meus pais, meu irmão, minha filha, minha enteada, meu marido e amigos que sempre me incentivaram e apoiaram a retornar e continuar os estudos e atingir meus objetivos. Aos meus colegas e parceiros da turma 2022 do CMPDI e todas as pessoas comprometidas com a inclusão de pessoas com deficiência.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a minha orientadora Dra. Suelen Mariani Marques e minha co-orientadora Dra. Neuza Rejane Wille Lima pela orientação, paciência e apoio incondicional ao longo do processo.

A equipe do MAI por me receber e contribuir com minha pesquisa, correspondendo a todas as solicitações.

A equipe do LABIMAGO pela parceria, assessoria e atenção incansável.

A todas as pessoas que participaram da entrevista, avaliação e validação do produto e, a todos os professores que contribuíram para minha formação durante este caminho percorrido.

E a Deus pela conclusão desta etapa e por todas as bênçãos e aprendizados recebidos durante a jornada acadêmica.

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos.....	8
Lista de ilustrações (Figuras e Tabelas).....	9
Resumo	10
Abstract	11
1.Introdução	12
1.1 Jornada pessoal	12
1.2 Definição de Museu.....	16
1.3 Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI).....	17
1.3.1 Localização e características.....	17
1.3.2 Comunidade pesqueira: a pesca artesanal e a colônia de pescadores.....	18
1.3.3 Estrutura e acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI).....	22
1.3.4 O que são sambaquis e seu significado histórico.....	30
1.4 Deficiência Visual e suas particularidades.....	31
1.4.1 Tecnologia Assistiva para deficiência visual.....	33
1.4.2 Acessibilidade e Audiodescrição.....	38
2.Objetivos	41
2.1 Objetivo geral	41
2.2 Objetivos específicos	41
3.Metodologia	41
3.1 Desenho da pesquisa	41
3.2 Cenário de Estudo.....	44
3.3 Levantamento dos dados documentais.....	44
4.Resultados e Discussão	45
4.1 Elaboração das audiodescrições.....	45
4.2 Validação do conteúdo da Audiodescrição	46
4.3 Análise de dados.....	48
4.3.1 Resumo do conteúdo das Análise da audiodescrição.....	49
5. Considerações Finais	52
5.1 Conclusões	52
5.2 Perspectivas	52
6.Referências Bibliográficas	53
6.1 Obras citadas	53
7. Apêndices e Anexos	57
7.1 Apêndices	57
7.1.1 Apêndice 1: Registro de Consentimento Livre e Esclarecido- RCLE.....	57
7.1.2 Apêndice 2: Termo de compromisso do pesquisador responsável.....	60
7.1.3 Apêndice 3: Tabela do material de audiodescrição.....	62
7.2 Anexos	70
7.2.1 Anexos 1: Carta de Anuência.....	70
7.2.2 Anexos 2: Termo de comprometimento do laboratório de audiodescrição	71
7.2.3 Anexos 3: Parecer consolidado do CEP aprovado.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AD- Audiodescrição
AVDs- atividades de vida diária
CAAEE- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEJOP- Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa
CID- Classificação Internacional de Doenças
CMPDI- Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão
CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CNS- Conselho Nacional de Saúde
CONIN-IBC- Congresso Internacional do Instituto Benjamin Constant
DPHAN- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DV- Deficiência Visual
FME- Fundação Municipal de Educação de Niterói
IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus
IEPIC- Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho
INEA- Instituto Estadual do Ambiente
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABIMAGO- Laboratório de acessibilidade de Imagens
LBI- Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais
MAI- Museu de Arqueologia de Itaipu
NCE - Instituto Tércio Pacitti
PROEX- Programa de Excelência Acadêmica
SBM- Sistema Brasileiro de Museus
QR Code- Quick Response Code/ Código de resposta rápida
RCLE- Registro do Consentimento e Assentimento Livre Esclarecido
SIGProj- Sistema de Informação e Gestão de Projetos
TEA- Transtorno do Espectro do Autismo
TCLE- Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFF- Universidade Federal Fluminense
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIPLI- Centro Universitário Plínio Leite
UNO - Introdução à Musicografia Braille

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colônia dos pescadores Z7	20
Figura 2: Quintal dos pescadores	21
Figura 3: Fachada do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)	23
Figura 4: Imagem aérea 3D do Museu de Arqueologia de Itaipu	23
Figura 5: Interior do MAI	26
Figura 6: Coleção do senhor Hildo Mello Ribeiro	28
Figura 7: Origens da DV	31
Figura 8: Base do Sistema Braille para realização escrita e leitura por pessoas com DV	35
Figura 9: Ferramentas de tecnologias assistivas utilizadas para acessibilidade de pessoas com DV.	35
Figura 10: Lista de recursos para comunicação de pessoas com deficiência visual em relação às Tecnologias Assistivas	37

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1:	46
Quadro 2:	47

RESUMO

Muito se tem debatido sobre a acessibilidade de pessoas com deficiências em diversas áreas, instâncias, espaços e ambientes socioculturais, contudo ainda temos poucos museus com acervo inclusivo. O Museu de Arqueologia de Itaipu, Niterói, no Rio de Janeiro, é rico em histórias, em sua maioria sobre a colônia de pesca Z-7, e os três sambaquis (deposição de conchas pelos indígenas e decomposição por ação do tempo) nomeados como: Camboinha, Duna Pequena, e Duna Grande. Contudo, esse museu ainda não dispõe de meio para dar acessibilidades aos seus conteúdos. Desse modo, o objetivo do estudo é construir material audiodescritivo para tornar o museu acessível às pessoas com deficiência visual, disponibilizando estes através de link e/ou o código de resposta rápida (QRCode). E para isso, serão realizadas:

(i) pesquisas bibliográficas, no modelo descritivo, pesquisa-ação, com abordagem qualitativa (ii) construção de roteiro sobre o acervo do museu; (iii) gravação da audiodescrição (consultoria, narração, edição de áudio, tratamento da gravação da audiodescrição; (iv) criação do link e o QR Code e (v) validação do conteúdo da audiodescrição por pessoas cegas. O conteúdo da audiodescrição será avaliado por dez pessoas, legalmente responsáveis, com cegueira congênita e/ou adquirida através de entrevista individual orientada por questionário contendo seis perguntas (três sobre o perfil; três sobre a qualidade da audiodescrição) com respostas descritivas. Após possíveis ajustes e correções, o material validado será disponibilizado, gratuitamente, por via digital garantindo assim, à acessibilidade das informações contidas no museu às pessoas com deficiência visual. Como conclusão, este trabalho pretende contribuir com ampliação da inclusão na Educação Patrimonial Histórica no Brasil.

Palavras-Chave: Cegueira, Indígenas, Pescadores, Sambaqui, Tecnologia Assistiva, Educação Patrimonial.

ABSTRACT

There has been much debate about accessibility for people with disabilities in various areas, instances, spaces and sociocultural environments, however we still have few museums with inclusive collections. The Itaipu Archaeology Museum, in Niterói, Rio de Janeiro, is rich in stories, mostly about the Z-7 fishing colony, and the three sambaquis (shell deposited by indigenous people and decomposed by the action of time) named as: Camboinha, Duna Pequena, and Duna Grande. However, this museum does not yet have the means to make its contents accessible. Therefore, the objective of the study is to create audio-descriptive material to make the museum accessible to people with visual impairments, making it available through a link and/or quick response code (QRCode). To this end, the following will be carried out: (i) bibliographic research, in the descriptive model, action research, with a qualitative approach (ii) construction of a script about the museum's collection; (iii) recording of the audio description (consulting, narration, audio editing, audio description recording processing); (iv) creation of the link and QR Code; and (v) validation of the audio description content by blind people. The audio description content will be evaluated by ten legally responsible people with congenital and/or acquired blindness through an individual interview guided by a questionnaire containing six questions (three about the profile; three about the quality of the audio description) with descriptive answers. After possible adjustments and corrections, the validated material will be made available, free of charge, digitally, thus ensuring accessibility of the information contained in the museum to people with visual impairments. In conclusion, this work aims to contribute to the expansion of inclusion in Historical Heritage Education in Brazil.

Keywords: Blindness, Indigenous People, Fishermen, Sambaqui, Assistive Technology, Heritage Education.

1. INTRODUÇÃO

1.1. JORNADA PESSOAL E A INCLUSÃO

Sou pedagoga e psicopedagoga, e desde muito jovem estive interessada pela área da educação e atuante na área desde a primeira formação. Ainda adolescente, em 1997, ingressei no curso de formação de professores, no IEPIC (Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho), onde realizei o Ensino Médio e o curso Adicional do Pré-escolar. Ao término, em 2000, ingressei na Universidade Federal Fluminense (UFF) na Licenciatura de Pedagogia.

Desde 1997, atuava nas séries iniciais do Ensino Fundamental como professora na rede particular do Município de Niterói a partir da primeira formação. Posteriormente, tive o desafio de atuar em uma classe especial, pois na época havia separação dos estudantes com deficiência e ainda não havia a classe inclusiva.

Dentro da amplitude de temáticas as quais encontramos no decorrer do período e do espaço acadêmico, despertei o interesse para a Educação Patrimonial, onde aprofundei-me através de pesquisas de campo, obtendo bolsa de estudos do CNPQ, resultando na participação da construção do projeto “Caníço e Samburá”, no Museu de Arqueologia de Itaipu, com a monografia de curso que defendi em dezembro de 2001, tendo como orientadora a Dra. Lygia Segala e como parecerista a Dra. Léa Calvão. Esse estudo contribuiu na construção do Almanaque de Educação Patrimonial “Bandas d’Além”, coordenado pelas Dras. Lygia Segala e Léa Calvão, sendo editado, em 2003, pela PROEX - Fundação Euclides da Cunha, realizando, entre outras, atividades de contação de histórias sobre o Museu de Arqueologia, na localidade.

Para atender as diferentes exigências das síndromes, transtornos e patologias, entre 2001 e 2005, realizei diversos cursos de especialização para atuar adequada e conscientemente (deficiência física, intelectual e LIBRAS 1 a 5) oferecidos pela Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), pois trabalhava em regime de contrato temporário, prestando serviços ao Centro Juvenil de Orientação e Pesquisa (CEJOP), onde obtive uma ampla e rica experiência.

Ingressei também no curso de Especialização em Psicopedagogia no Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI) no ano de 2003, concluindo em 2004, quando apresentei a monografia sobre déficit de atenção e hiperatividade (SANTOS, 2013), tendo como orientadora a Dra. Landara David dos Santos.

Desde então, atuei como professora de apoio especializado na Escola Municipal Felisberto de Carvalho. A priori apenas em regime de contrato temporário que foi sendo renovado na rede Municipal de Educação de Niterói. Em 2016, ingressei efetivamente na rede municipal de São Gonçalo através do concurso público, atuando nesta área até maio de 2022, onde através de outro concurso na mesma rede iniciei no cargo de Orientação Educacional, sendo necessário pedir vacância no cargo anterior, pois também sou concursada no Município de Niterói, onde atuo atualmente como professora da sala de recursos multifuncionais.

Dentro do universo escolar, deparei-me com crianças expressando diversas necessidades especiais, dentre elas: Transtorno do Espectro Autista (TEA), Surdez, Deficiência Intelectual, Deficiência Física e Cegueira. Cabe ressaltar que:

É importante conhecer os diferentes tipos de deficiências, bem como preveni-las e, os casos em que a deficiência já se encontra instalada, promover a reabilitação e o resgate da auto-estima, potencializando as possibilidades de inclusão social/escolar. na legislação atual vem dando suporte às iniciativas que visam à inclusão, contribuindo com quebra de barreiras e garantindo o direito de ir e vir das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2006, p. 4).

Mesmo buscando atualizar-me, ainda não havia tido nenhum tipo de contato com a cegueira e, a partir daí entrei no curso de Alfabetização em Braille, oferecido pela Secretaria de Educação de São Gonçalo e conheci o professor Humberto Bethoven, o qual despertou meu imenso interesse sobre esse assunto, além de apresentar-me ao pré-Braille, o código Braille e os estímulos táteis necessários para o desenvolvimento das pessoas com deficiência visual.

Também participei do curso “Produção e adaptação de materiais didáticos especializados nas áreas da Deficiência Visual, Surdocegueira e Deficiência

Visual Associada à Deficiência Múltipla”¹, oferecido pela Fundação Municipal de Educação (FME) de Niterói, em 2021, bem como do I Congresso Internacional do Instituto Benjamin Constant (I CONIN-IBC), em 2022². Sempre em busca de novos conhecimentos e aprendizados. E em 2022, iniciei e concluí o curso de extensão: UNO - Introdução à Musicografia Braille, produzido pela Escola de Música, com apoio da Funarte, e pelo Laboratório TecnoAssist, do Instituto Tércio Pacitti-NCE/UFRJ.

Assim, obtendo um conhecimento significativo a respeito da importância do trabalho inclusivo de estudantes com deficiências e visando a socialização, a integração e o desenvolvimento das potencialidades individuais, percebo a necessidade de adaptar o currículo/conteúdo e sugerir recursos diferenciados, afim de proporcionar o aprendizado significativo, de acordo com os assuntos abordados na classe regular a qual o estudante com deficiência esteja inserido, principalmente, as pessoas com deficiência visual. Esses estudantes necessitam de estímulos táteis, sonoros para desenvolver habilidades que proporcionem, não apenas os aspectos cognitivos e educacionais, como também as habilidades necessárias para o desempenho nas práticas da vida diária, tais como: locomoção, orientação espacial através dos mapas mentais, utilização de tecnologias assistivas, entre outras, obtendo, portanto, autonomia no seu cotidiano.

Nesse contexto, cada dia nos deparamos com mais estudantes com deficiência ingressando nas escolas e ressaltando a importância do real desenvolvimento de cada um. Nesse cenário, claramente percebo a necessidade de adaptar e/ou criar conteúdos abordados nas classes regulares, adequando-os de maneira a proporcionar uma aprendizagem reformulada através da interdisciplinaridade.

¹ <https://www.educacao.niteroi.rj.gov.br/>

² <https://www.gov.br/ibc/pt-br/composicao-1/departamentos-do-ibc/departamento-de-pos-graduacao-pesquisa-e-extensao-dppe/dpp/anexos-dpp/i-congresso-internacional-do-instituto-benjamin-constant-i-conin-ibc>

Com o intuito de continuar me aperfeiçoando para melhor compreender e atender a demanda a qual recebemos na escola, fui aprovada no processo seletivo do Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI)³ da Universidade Federal Fluminense (UFF). A princípio com o projeto direcionado a musicalização de pessoas com deficiência visual, porém no decorrer do curso de mestrado, a partir de um trabalho solicitado pela disciplina de Metodologia da Produção Científica, retornei ao Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI),⁴ localizado na Região Oceânica de Niterói no estado do Rio de Janeiro (RJ), e ao retornar nesse lugar de memórias, foi possível observar e identificar as grandes demandas à inclusão que este museu apresenta.

Além de recordar a vivência passada, pude observar a necessidade de repensar uma proposta inclusiva em relação a acessibilidade física e ao acervo. Nesta visita, com outro olhar e outro grau de maturidade, identifiquei que o espaço do MAI não apresenta condições físicas acessíveis para atender ao público-alvo da inclusão, nem tampouco visitas guiadas e/ou apresenta alguma proposta pedagógica acessível e inclusiva. De acordo com a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), no Art. 74. “É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.” Nesse contexto, verifica-se que há de se promover a acessibilidade de pessoas com deficiências ao acervo, ao espaço e a história local do MAI, tendo em vista a amplitude e a riquezas de detalhes de utensílios, nomenclaturas não convencionais e a dificuldade do acesso físico. A partir de tais questões, surgiu o desejo em unir a paixão pela educação patrimonial, diretamente voltada para o museu, ao desejo de contribuir significativamente com a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nesse espaço tão rico de histórias e memórias.

Após contato com a direção e a equipe pedagógica do museu, realizamos uma reunião, a qual conversamos sobre as demandas apresentadas no que diz

³ <https://cmpdi.uff.br/>

⁴ https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/PlanoMuseologico_MuseuSocioambientalItaipu.pdf

respeito a acessibilidade tanto ao espaço, quanto ao acervo. Tendo em vista a necessidade de realizar adaptações no MAI, com o objetivo de promover efetivamente a participação inclusiva do público alvo da educação inclusiva através da acessibilidade ao acervo e a história do MAI, que pensamos e avaliamos a possibilidade de utilizar a audiodescrição, como recurso de tecnologia assistiva, mais direcionado para as pessoas com deficiência visual.

1.2 - DEFINIÇÃO DE MUSEU

Segundo Santos (2001), museu é um lugar de resgatar memórias, histórias de um determinado lugar, tempo, pessoa, comunidade e, de cultura expondo a arte nas suas variadas formas de expressão desde seus primórdios. A palavra museu é originada do grego *mouseion que significa templo da morada das musas, em homenagem as nove filhas de Zeus, o mais poderoso, com Mnemosine, a deusa da memória, acordo com a mitologia grega*. Museu é um lugar de resgatar memórias, histórias de um determinado lugar, tempo, pessoa, comunidade e, de cultura expondo a arte nas suas variadas formas de expressão. Esse espaço foi ressignificado de acordo com as diferentes épocas:

No renascimento, o museu tinha como função guardar coisas antigas, coleções diversas, sendo, portanto, gabinetes de curiosidades. No século XVIII, o museu era o lugar destinado a abrigar objetos de arte ou riquezas da realeza (museu do Louvre, por exemplo). Já no final do século XIX, início do século XX, o museu tinha como finalidade, expor ao público as coleções catalogadas e comentadas. É quando surgem os Museus de Belas Artes, História, História Natural, Ciências, etc. (SANTOS, 2001, p. 22).

Atualmente, o museu tem o papel de dialogar, provocar, aguçar a curiosidade e interagir com o visitante, direta ou indiretamente, transmitindo saberes através dos acervos e recebendo a devolutiva através dos comentários, oficinas, observações e até por meio da manifestação de sentimentos e sensações provocados pelo espaço visitado. Esse espaço cultural pode abranger um público vasto de diferentes idades e facilitar o acesso a todos, sem distinção, proporcionando também visitas direcionadas a escola, tendo ela um papel fundamental na apresentação desse espaço tão rico através das aulas-

passeio, onde as crianças passam a acessar, interagir e a conhecer a história sentindo-se parte da cultura.

Em se tratando do MAI, o acervo ultrapassa as paredes de pedra, pois conta a história de tempos muito passados de nossos ancestrais com seus artefatos artesanais, os sítios arqueológicos, os sambaquis, a história do recolhimento de mulheres chamado Santa Teresa, a história local da colônia dos pescadores.⁵

O MAI foi criado em 22 de março de 1977, porém não existe um decreto ou ato legal de sua criação. A ruína do Recolhimento de mulheres está escrita no livro do Tombo de Belas Artes, de instância federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 8 de janeiro de 1955 e, é uma unidade vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus IBRAM - órgão do Ministério da Cultura.

1.3- MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU (MAI)

1.3.1 – LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

O MAI fica localizado na área da colônia de pescadores do bairro de Itaipu (Z-7), Região Oceânica da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na Praça de Itaipu, S/N- Itaipu, CEP 24340-005. Essa colônia foi tombada pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Niterói, recebendo a denominação de “Quintal de Itaipu.”⁶

O seu acervo é composto por conteúdos informativos sobre a história da colônia de pesca de Itaipu (Z-7), sobre os recolhimentos de mulheres Santa Teresa, e sobre três sambaquis que existem na região: Camboinhas, Duna Pequena e Duna Grande.

Itaipu é uma palavra tupi-guarani que significa pedra que canta ou pedra que faz barulho e, nomeia um bairro tranquilo e repleto de belezas naturais, na

⁵http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3427:recolhimento-demulheres&catid=2039&Itemid=215

⁶<https://niteroi.rj.gov.br/2022/07/25/quintal-dos-pescadores-de-itaipu-e-tombado-para-preservacao-da-historia-memoria-e-identidade-do-espaco/>

cidade de Niterói, sendo muito procurado tanto para moradia, quanto para passeios. Nele podemos encontrar a praia e a laguna de Itaipu e, praias próximas: Camboinhas, Itacoatiara, Piratininga as quais proporcionam ótimas condições para práticas de esportes náuticos, como: remo, stand-up paddle, windsurfe, canoagem, etc. O Parque Estadual Serra da Tiririca tem inúmeras trilhas ecológicas, e a praia além de inúmeros atrativos históricos, tem também as ilhas: Pai, Mãe e Ilha das Meninas, excelentes para mergulho. Também podemos observar e admirar a exuberante Pedra do Elefante localizado em Itaipuaçu, no município de Maricá, mas que também é próximo ao município de Itaipu. Próximo à praia, encontramos o cemitério São Lázaro, a praça e o ponto final de ônibus, a colônia dos pescadores, a Duna Grande, a igreja de São Sebastião, o banco Arariboia, a lagoa de Itaipu.

1.3.2- COMUNIDADE PESQUEIRA: A PESCA ARTESANAL E A COLÔNIA DE PESCADORES.

A atividade pesqueira em Itaipu perpassa de geração a geração iniciando com maior atuação a partir do século XIII, com a queda da produção agrícola, tornando-se principal fonte de renda para as famílias da região. Na década de 1920, houve o processo de urbanização do bairro de Itaipu, a partir da construção da estrada que liga o bairro ao centro de Niterói, proporcionando a ampliação da venda de peixes excedentes, vendidos anteriormente apenas na Praça XV. A partir da década de 1970, com a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Ponte Rio-Niterói, houve crescimento da especulação imobiliária e a procura pela região oceânica.

A tradição e as características da pesca artesanal foram transmitidas ao longo dos anos através da atuação direta que envolvia a família e são utilizadas até os dias atuais, como: confecção, tingimento e emenda/reparos de redes, técnicas marítimas, saber naturalísticos sobre o tipo de vento, a condição climática, fases da lua entre outros. Os filhos iniciavam a atividade ajudando os pais desde crianças, adquirindo conhecimentos através da prática das vivências diárias e, posteriormente compartilhavam com seus filhos, assim sucessivamente, sendo, portanto, espaço de memória, representação cultural e ressignificação dos papéis sociais exercidos.

A pesca artesanal em Itaipu também foi tombada. Embora de natureza patrimonial imaterial, sendo passível, portanto, de registro e não de tombamento, a Lei Municipal n. 7.874 de dezembro de 2011 considera a pesca artesanal praticada em Itaipu “Patrimônio Cultural de interesse público, para fins de tombamento de natureza imaterial” (Araújo, 2015, p.98)

O respeito a hierarquia e aos acordos estabelecidos entre os pescadores são uma característica muito importante no que diz respeito ao espaço de convivência, aos estabelecimentos de regras e limites aos quais permitiram a organização e a prática durante tanto tempo, independentemente de uma lei ou norma estabelecida. Com a urbanização, o crescimento populacional e o progresso, como afirmam alguns pescadores, foi necessário intensificar a luta pelos direitos territoriais e trabalhistas, uma vez que o campo de trabalho tenha sido mais restrito, devido as embarcações maiores em regiões próximas que recolhiam os peixes, dificultando a pesca artesanal.

Concomitantemente à expansão imobiliária na Região Oceânica, os pescadores passaram a travar embates com operadores de traineiras, barcos utilizados para pesca de médio ou grande porte. As grandes companhias de pesca prejudicam as pescarias artesanais ao passo que, ao puxarem todo o peixe (geralmente pela madrugada), provocam a escassez ou mesmo a morte de algumas espécies, impossibilitando o pescador artesanal de exercer seu trabalho(normalmente entre a madrugada e o início da manhã). (Cruz, 2015, p. 52)

Vale destacar que os pescadores de Itaipu fazem parte da Colônia Z-7, que abrange toda a Região Oceânica até Jaconé, com o cadastro de 785 pescadores realizado pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente) no ano de 2020. É uma instituição sem fins lucrativos e auxilia prestando serviços jurídicos e contábeis de forma gratuita.

A Colônia Z-7 é hoje uma das representações políticas dos pescadores. Criada em 1921, essa instituição é fruto de uma missão da Marinha de Guerra do Brasil que percorreu o litoral brasileiro estabelecendo a organização da pesca com o objetivo de promover a indústria pesqueira, fiscalizar o

exercício da pesca e defender a costa do país (COSTA, 2011, p.66)⁷. A gestão da Colônia, especialmente do ponto de vista da representação político-trabalhista dos pescadores, é motivo de divergências e disputas que se acirraram com a criação da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu – ALPAPI em 1988 e que têm continuidade nos conflitos atuais. (Araújo, 2015, p.104)

Figura 1- Colônia dos pescadores Z7 (acervo pessoal).



Descrição da imagem: Mais de oito (8) barcos de pesca de pequeno porte (canoas) com cores variadas, sobre as areias da praia, mesmo local onde ficam os banhistas. Fim da descrição.

Por exemplo, no Canto de Itaipu a faixa de areia é utilizada pelos comerciantes para a disposição de mesas e cadeiras para atendimento dos clientes. O mesmo espaço é usado pelos pescadores de beira de praia para desencalhar e estacionar as embarcações que voltam da pesca, e também para fazer a limpeza dos peixes, comercialização, reparos das redes e a prática do arrasto de praia. Já fins de semana é utilizada pelos banhistas, a grande maioria trazida à praia pelas linhas de ônibus que partem tanto do centro quanto de parte de São Gonçalo. (Carvalhido, 2012, p. 44)

Com o avanço das especulações imobiliárias, muito pescadores se mudaram para outros locais, dificultando o acesso a atividade pesqueira, contribuindo com a descontinuidade das tradições pela nova geração de filhos de pescadores, que buscam formações em outras áreas, por acreditarem na futura extinção da atividade profissional. A concentração de saída e entrada de barcos para a prática da pesca artesanal acontece no chamado Canto de Itaipu, local este onde se encontra a Vila e o Quintal dos pescadores, organizado de forma a

⁷ Costa, 2011 in Araújo, 2015

atender e respeitar a atividade pesqueira e o comércio de forma pacífica e harmoniosa.

Figura 2 - Quintal dos pescadores.



Fonte da imagem⁸

Descrição da imagem: Pescador de camisa azul e óculos costurando uma rede de pesca na areia da praia. Ao fundo uma casa de telha com varanda e uma pequena escada que leva até o quintal de areia. Fim da descrição.

O Quintal dos pescadores é um local de troca e compartilhamento de ideias, conhecimentos e lazer, proporcionando o convívio social de maneira mais efetiva para seus frequentadores.

O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Niterói aprovou, por unanimidade, o tombamento material do Quintal dos Pescadores de Itaipu, assim como a realização de inventário para o seu reconhecimento e registro como Patrimônio Cultural Imaterial. O Conselho tomou a decisão após atender à solicitação de análise feita pela Prefeitura de Niterói, por meio da Secretaria Municipal das Culturas (SMC), a pedido da Câmara Setorial de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. A justificativa técnica para a decisão do Conselho foi o reconhecimento do Quintal dos Pescadores como suporte de práticas sociais, culturais e econômicas da pesca artesanal, associadas a este e a outros espaços no Canto de Itaipu caracterizados pelo uso original e tradicional dessa atividade econômica e cultural.⁹

⁸ https://niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/BEA_7781.jpg

⁹ <https://niteroi.rj.gov.br/2022/07/25/quintal-dos-pescadores-de-itai-pu-e-tombado-para-preservacao-da-historia-memoria-e-identidade-do-espaco/>

1.3.3 ESTRUTURA E ACERVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU (MAI)

O MAI apresenta um misto de histórias que se entrelaçam com o passar dos tempos e que foram dando significado a história local e a si próprio. Inicialmente a arquitetura atendia ao Recolhimento religioso de Santa Teresa, fundado em 1764, por Manoel Rocha, com o objetivo de abrigar mulheres em diversas situações de vulnerabilidade, tais como: casadas abandonadas, órfãs, viúvas, prostitutas arrependidas, mulheres que engravidavam ou mantinham relações sexuais antes do casamento; mulheres instaladas pelos pais ou marido quando saíam para longa viagem, como garantia de castidade e/ou fidelidade; as que pretendiam seguir a vida religiosa e outras solteiras que eram castigadas pelos pais devido a rebeldia ou desobediência. Bem como mulheres que não se enquadravam na sociedade atendendo a moral e aos bons costumes da época.

Figura 3 – Fachada do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), Niterói, RJ.



Fonte da imagem¹⁰

Descrição da imagem: Muro antigo bastante comprido feito de pedras com dois portões de madeira: o primeiro dá acesso ao museu, tem um arco de pedras e é composto por madeiras abertas que possibilitam a vista ao interior. Do lado direito temos dois supostos janelões cobertos por tijolos e cimento e mais à direita encontramos mais um portão de madeira fechada. Fim da descrição.

Figura 4 - Imagem aérea em 3D do Museu de Arqueologia de Itaipu, Niterói, RJ.



Fonte da imagem¹¹

Descrição da imagem: Vista aérea mostrando o interior do MAI no formato de um retângulo, contendo 7 (sete) pátios abertos, sem telhados, apenas com paredes e gramados, um espaço coberto com telhas, contendo uma cruz ao topo, identificando a capela no período do Recolhimento de mulheres. As paredes e o muro são feitos em alvenaria de pedras, com conchas unidas por óleo de baleia. Podemos encontrar plantas árvores baixas nos cantos dentro dos espaços. Também encontramos mais 3 (três) áreas cobertas por telhado e com paredes de tijolos, a recepção, a administração e os banheiros. Passando pelo portão de entrada, no primeiro pátio, na parede do lado esquerdo, encontramos a recepção. Em frente ao portão encontramos a antiga capela, onde hoje acontece a exposição permanente do MAI. Entre a recepção e a antiga capela encontramos o segundo pátio. À direita da capela tem a porta que dá acesso ao terceiro e ao quarto pátio, ambos mais estreitos do que os demais. Seguindo em frente, encontramos o quinto e o sexto pátio. Ao final do quinto pátio encontramos os banheiros e a administração. Fim da descrição.

Após a extinção do recolhimento, no início do século XIX, o local passou a abrigar menores, porém há poucos documentos e registros que relatam essa parte da história. No início do século XX, começou a ser utilizado como moradia e tingimento de redes dos pescadores da região e seus familiares, contribuindo assim com o crescimento do território habitacional, da atividade pesqueira e dando origem aos pequenos comércios.

O lugar de moradia, que foi para muitos durante tantos anos, é hoje um lugar de memória, que guarda a história de vida de cada um que lá viveu: mulheres recolhidas, pescadores...recordando coisas boas e ruins, dificuldades e alegrias, enfim, lembranças que o tempo não pode apagar e que como as ondas do mar, essas partes da vida não voltam mais. (SANTOS, 2001. p. 56)

Na década de 1940, a partir das grandes mudanças estruturais devido ao crescimento populacional e a especulação imobiliária, os próprios pescadores,

¹¹ https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fsketchfab.com%2Fmodels%2F0e6bca48760a49ca80d38511a020adba%2Fembed%3Futm_source%3Dwebsite%26utm_campaign%3Dblocked_scripts_error&psig=AOvVaw3MkPx9g2k6X1pOxSyueUA&ust=1708818844534000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBiQjRxqFwoTCIDy17XUwoQDFQAAAAAdAAAAABAK

através da colônia Z-7, se mobilizaram para garantir a preservação das ruínas do recolhimento e a construção do museu. A comunidade, bem como a sociedade tinha o pensamento de tal espaço como lugar silêncio e de guardar coisas antigas que narram ou explicam histórias.

Após desapropriado e posteriormente tombado em 1955 pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), iniciaram-se as obras de restauração e conservação do local.

O trabalho inicial de proteção das ruínas contra a erosão pelos ventos e ações predatórias foi iniciado em 1968 e consolidado em 1974. Em 1995 o museu passou por uma obra de consolidação das ruínas. Entre os anos 1980 e 2000, o museu passou por períodos intermitentes de funcionamento. E em 2009, já sob a administração do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a capela passou por uma reforma que visou à readequação do espaço para abrigar uma nova exposição de longa duração. (Fonte¹²)

O arquiteto Edgard Jacintho, chefe do Departamento de Conservação e Restauração do DPHAN¹³, na década de 1960, dedicou-se ao projeto de criação de um museu. No dia 22 de março de 1977 o MAI foi fundado objetivando difundir o patrimônio cultural da natureza arqueológica dialogando com as memórias locais, da colônia de pescadores e do sítio Duna Grande.

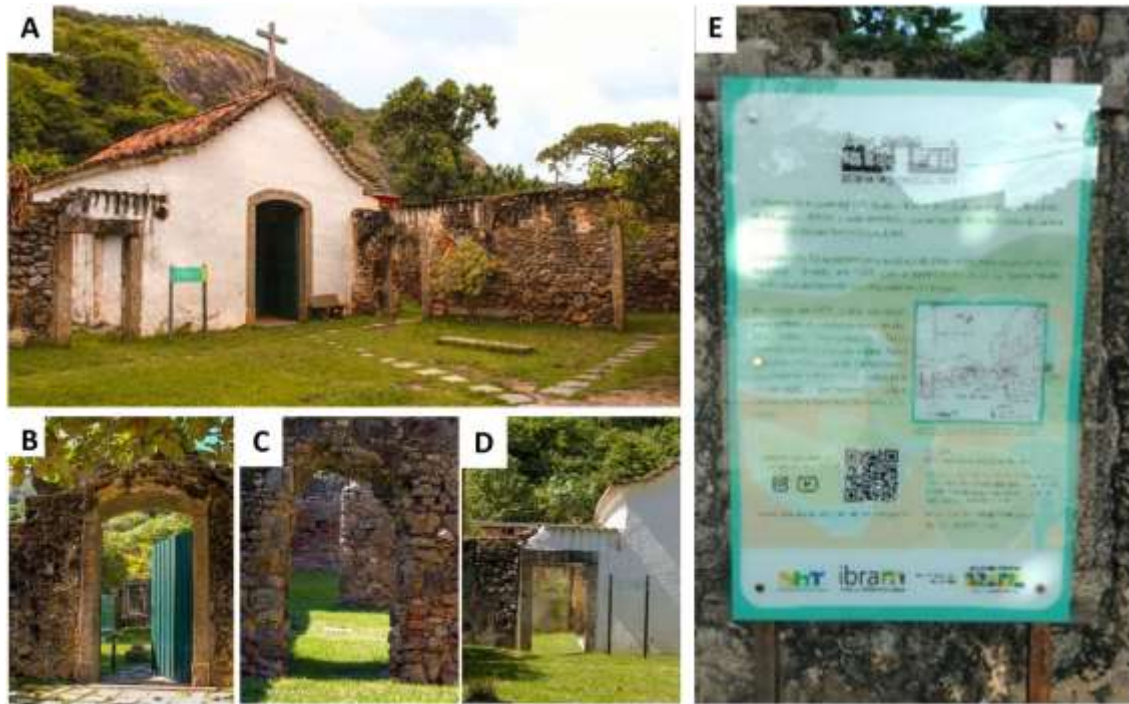
O projeto foi pensado de forma a dotar o bem tombado de uma função didático-científica compromissada com a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural de natureza arqueológica, intensificando o turismo na região e alinhando-se às diretrizes do MEC naquele período. O Museu deveria, ainda, estruturar-se em relação direta e integradora com seu entorno, suas atividades extrapolariam as convencionais exposições intramuros e estenderiam-se aos sítios arqueológicos da região, em particular, o Sítio Duna Grande – localizado a poucos metros do antigo recolhimento religioso – cujo tombamento pelo IPHAN encontra-

¹² <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/historia-do-museu/>

¹³ Em 1970 o DPHAN foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

se em processo desde 1986, afora sua já assegurada proteção pela Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. (Fonte¹⁴).

Figura 5 – Fotos do MAI



Fonte: Acervo pessoal. Fotos dos prédio e acervo do MAI: **(A)** Imagem composta pela primeira área aberta do MAI, gramada, com algumas plantas na altura mediana, que dá acesso direto a capela: espaço construído de alvenaria de pedras, conchas e óleo de baleia, coberto com telhado e com uma cruz no topo. Esse espaço abriga e apresenta a exposição permanente do MAI, denominado “Percurso do Tempo: Revelando Itaipu”. Ao fundo do MAI encontramos o Morro das Andorinhas, vegetação e árvores **(B)** Portão de entrada que dá acesso às dependências e espaços do MAI. Construído em madeira na cor verde **(C)** Interior do MAI, destacando os muros de pedras e o gramado a céu aberto. **(D)** Primeira dependência do MAI após a sala de exposição. Também apresenta os muros de pedra e o gramado a céu aberto Fonte¹⁵ **(E)** Placa introdutória e explicativa localizada na entrada do MAI. Primeira placa de vidro informativa do MAI com acesso próximo ao portão de entrada, ainda do lado de fora. Tem o fundo alaranjado, com desenhos imitando canoas e mar, letras verdes e algumas palavras vermelhas em destaque e o logotipo no topo, apresentando a fachada em preto e branco e abaixo escrito com letras maiúsculas pretas: “MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU. Abaixo segue o seguinte texto: “O Museu de Arqueologia de Itaipu-MAI é vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus-IBRAN e está instalado nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, instituição fundada em 1764.

A construção foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, em 1955 com a participação ativa da Comunidade Tradicional de Pescadores e Pescadoras de Itaipu.

Em março de 1977, o MAI foi criado para abrigar os artefatos encontrados nos sítios arqueológicos Duna Grande, junto à praia de Itaipu, Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas, patrimônios culturais cuja proteção e preservação permanente estão previstos pelas Constituição Federal de 1988.

Acesse o site do MAI e acompanhe nossas redes! (imagem do QRcode, ícone de câmera fotográfica e Play para acessar) site: www.museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br

Visitação: De terça a sexta, das 11 às 16horas.

As visitas mediadas pelos grupos, de terça a sexta-feira, devem ser agendadas através do e-mail: marqueologiaitaipu@gmail.com ou pelo telefone (61) 3521-4365”

Ao final da placa, em faixa branca, letras/ siglas em destaque coloridas e escrita na cor preta: “SBM- sistema brasileiro de museus, ibran- institutobrasileirodemuseus, MINISTÉRIO DA CULTURA, GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO”

Também encontramos um mapa de localização do MAI em Itaipu.

Para bem compreendermos do que se trata o acervo do museu, é fundamental compreendermos o que é arqueologia. De acordo com a arqueóloga Rosana Najjar, retirado do Almanaque “Bandas d’Além”¹⁶:

Arqueologia é a ciência que estuda o homem através da sua cultura material. Desvenda o passado através de evidências materiais deixadas por grupos humanos. Os vestígios são obtidos, principalmente, pelo ato de escavar locais onde estes grupos viveram e deixaram marcas, desde o seu lixo até as ruínas de suas construções. Estes locais são denominados sítios arqueológicos.

No Brasil existem sítios arqueológicos que mostram a presença do homem aqui desde a nossa pré-história até os dias de hoje. Atualmente, são identificados mais de 20.000 sítios arqueológicos em todo país.

A Arqueologia Brasileira pode ser dividida em dois grandes segmentos, estabelecidos a partir de um referencial básico: o ano do nosso descobrimento. O primeiro segmento denomina-se Arqueologia Pré-histórica, que estuda a ocupação humana que aqui existia antes de 1500, através da presença dos europeus. O segundo é a Arqueologia Histórica, que estuda o período posterior ao ano de 1500, através da presença dos europeus, como os portugueses e espanhóis, e os africanos e outros povos que vieram para nosso território.

A arqueóloga segue o texto, explicado o processo e a importância da arqueologia:

Todo o material retirado do sítio através das escavações, desde os objetos móveis até as informações sobre as estruturas fixas (muros, pedras, etc.) deverá ser analisado em laboratório. Necessariamente temos este segundo momento, o de ordenar e traduzir todos os dados advindos das escavações, transformando-os, sempre que possível, em informações que nos permitirão confirmar, complementar ou refutar interpretações históricas já sedimentadas.

¹⁴ <file:///C:/Users/cliente/Desktop/Livreto-museu-de-arqueologia-de-itaipu.pdf>

¹⁵ <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/historia-do-museu/>

¹⁶ Trecho da publicação “Bandas d’Além: almanaque de educação patrimonial”. Fonte: Segala e Calvão 2003, p. 123 e 124.

A Arqueologia tem o papel fundamental no trato com o patrimônio cultural de uma nação. Através dela, também se (re)faz e/ou se (re)pensa a história, contribuindo para a formação de uma identidade nacional. A preservação do patrimônio arqueológico é fundamental no processo de formação da cidadania. Identificar esse patrimônio e preservá-lo para futuras pesquisas é papel do Estado, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, órgão ligado ao Ministério da Cultura. Esta atribuição está firmada na Constituição, que considera os sítios arqueológicos como bens da União, e na Lei Federal nº3924, de 1961, que versa, especificamente, sobre a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro.

Grande parte do acervo arqueológico do MAI foi encontrado pelo morador Hildo Mello Ribeiro, que ao passear pelas redondezas encontrava, guardava cuidadosamente e, assim foi criando sua coleção.

O principal acervo da coleção do museu teve sua formação iniciada em 1968, por Hildo de Mello Ribeiro, fiscal de pesca e morador da região. Preocupado com a exposição de material arqueológico na Duna Grande – artefatos líticos e ósseos, concreções, matéria corante, ocre, restos ósseos humanos e remanescentes de fauna (aves, peixes e mamíferos) –, ocasionada por intempéries, que colocava em risco a preservação destes objetos, tomou a iniciativa de começar a coleção. Hildo tomou para si a tarefa de guardião desses objetos, sendo reconhecido pelo IPHAN como arqueólogo-amador, ficando encarregado de zelar pela integridade das ruínas e dunas-sambaquis, informar sobre irregularidades e tomar providências junto à polícia, bem como colaborar com o acesso de visitantes e com a realização de filmagens e fotografias no local. (Fonte¹⁷)

Figura 6 - Coleção do senhor Hildo de Mello Ribeiro (Fonte¹⁸)



Imagens do acervo: **(A)** Partes do crânio humano. Recriação livre de sepultamento pré-histórico, elaborada a partir de materiais originais recuperados na região de Itaipu. A imagem apresenta uma arcada dentária e partes do crânio em cima da areia de praia **(B)** Artefatos de adorno e ritualística. Composto por pedras, conchas e ossos **(C)** Beigão, ou Anomalocardia brasiliana, uma das espécies de conchas mais encontradas em sambaquis brasileiros. **(D)** Artefato líticos, usados como base e ferramenta ativa no processo de moagem. Imagem composta por duas pedras lisas marrons: uma em formato côncavo e outra em forma de soquete **(E)** Fragmento de cerâmica do século XIX, encontrados nos pátios do antigo Recolhimento de Santa Teresa. Imagem composta por pedaços quebrados de cerâmica em diversos formatos, nas cores branco e azul.

O próprio senhor Hildo relata sua experiência e sua história:

Eu andava isso tudo aí. Via as pedrinhas guardadas lá em cima, então, andando e perguntando os outros por aí. Então um dia eu encontrei um arqueólogo por aqui e ele me disse: não, isso aqui não é pedrinha, é ferramenta dos índios, isso aqui eles pegavam as pedras e faziam(...) guardavam (...) cortava o iguapê (...) tem que fazer fraquinho. É difícil você vê isso no Patrimônio Histórico. Eu fui num Patrimônio Histórico lá no Rio, eu esqueço o nome(...), mas eu tenho guardado aqui, é Rua Doutor Mello Franco, foi que me avisou pra preservar isso tudo aqui, e lá também. Aí o Museu Nacional se interessou pelo caso, mandou então essa professora Lina, ela era estagiária na época. Ela veio com uma turma aqui, e fez o levantamento disso tudinho, depois ela foi escrevendo no livro. Aqui tem

¹⁷ <file:///C:/Users/cliente/Desktop/Livreto-museu-de-arqueologia-de-itaipu.pdf>. p. 59

¹⁸ <file:///C:/Users/cliente/Desktop/Livreto-museu-de-arqueologia-de-itaipu.pdf>. pp. 61 a 65

coisas que interessam a empresas imobiliárias, que loteou esses loteamentos que você está vendo aí no papel. Queriam segurar a restinga aqui de Itaipu, que desapareceu, acabou. Itacoatiara ainda tem, eles lá não estão deixando mexer naquela beirada da lagoa. Aqui não tem, aqui só tem essas socas, até da praia acabou. Então eles fizeram o levantamento, explicaram a mim o que era isso, as pedrinhas muito, (...) é socador, é almofariz, eles chamam de almofariz, é aquele de pedra, eu acho que não tem nenhum ali não. Aqui é Brasil (...) Tinha que ter aqui uma porção dessa pedra de ferro, o que tem aqui em cima, que os índios socavam as raízes e faziam as alimentações. Eles socavam ali, não si como eles comiam isso cru (...). Então é por aí que eu descobri que era lá de cima, mas estava tudo loteado. Ali tem 38 lotes em cima daquelas dunas, patrimônio do governo federal (...). Não, ninguém sabia o que ia fazer, então eu disse: 'Olha aqui, desse material todo eu coletei e outros pegaram também e me deram!' Eram de pedras, socador (...). Aí surgiu o museu. Eu fazia a vigilância disso aqui, depois então que eles nomearam pessoas para ficar aqui. Eu fui tomar mais conta das Dunas, por causa das areias que tiraram, destruíram aquilo tudo por lá. Eu fui obrigado a lançar mão da polícia federal, para pedir que isso não acontecesse. Isso não surtiu efeito, o fato ocorreu, então acabou a Duna que tinha ali (...) (SANTOS, 2001. p. 57)

Além dos artefatos e coleções do senhor Hildo, também se encontra no MAI a canoa de jequitibá que estava nas areias da praia e era utilizada anteriormente como recipiente de tingimento de redes e, foi doada em 1979 pelo pescador José Rodrigues Lopes, por intermédio da professora Lina Kneip. Encontram-se também sítios arqueológicos encontrados na Duna Grande Itaipu, Duna Pequena e Sítio Arqueológico Camboinhas.

Tendo em vista a importância da conscientização e da aproximação do museu com a comunidade, o MAI realiza uma proposta educativa, através da visita dirigida para escolas, abordando a história da arqueologia local, também sobre o recolhimento de mulheres e as questões socioambientais as quais envolvem a praia, a Duna Grande e a comunidade pesqueira.

A equipe do setor educativo é atualmente constituída por Michelle Maymi Tizuka, Eduardo Carracelas Lamela. Sob a administração de Patrícia Dolub e Flavio Bastos Cordeiro e, a direção de Flavio Silveira Almeida. Tal equipe direciona a proposta pedagógica utilizando como recursos os seguintes projetos: Caniço e Samburá; Oficina de pintura e desenho e Educação Ambiental.

Anos anteriores também oferecia a oficina de escavação, mas foi necessário extinguir, devido a presença de gatos utilizando as caixas de areia, podendo vir a oferecer risco de doenças para as crianças.

Atualmente apresenta a exposição “Percursos do Tempo,” na qual encontram-se sítios arqueológicos e artefatos de diversas regiões do litoral, dialogando com a história da comunidade pesqueira do entorno do MAI.

1.3.4 O QUE SÃO SAMBAQUIS E SEU SIGNIFICADO HISTÓRICO

No Brasil, há cerca de 350 sambaquis que foram construídos em regiões litorâneas, entre oito mil e mil anos, contendo artefatos líticos, instrumentos de pesca, otólitos e espinhas de peixes, conchas, plantas, fogueiras, sepultamentos humanos e diversos remanescentes de vestígios de atividades humanas (DEBLASIS et al., 2007; GASPAR, 2020; GUIDA, 2021) que vem sendo estudados mais intensamente a partir do final da década de 1980, sendo um dos mais importantes e mais estudado o Sambaqui Ipuã do sítio arqueológico Galheta IV, localizado no município de Laguna (SC) (CONTERNO, 2024; CARDOSO et al., 2024).

Segundo Deblasis et al. (2007, p. 30):

Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, «monte de conchas») são sítios arqueológicos monticulares distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente zonas de tons ecológicos cambiantes, como regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Estes sítios (também chamados de concheiros) variam bastante de tamanho e, especialmente no litoral sul catarinense, podem atingir dimensões impressionantes, alcançando até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento ...”

Todo conhecimento histórico acerca da cultura e modo de vida dos povos indígenas, desde o período anterior à chegada dos portugueses no Brasil, pode ser conhecido, transmitido e divulgado a partir da descoberta e dos estudos científicos dos vestígios característicos encontrados nos sambaquis em várias regiões do país, inclusive em Itaipu, nos sítios arqueológicos e dunas, apresentados no MAI, em exposição permanente. Portanto, há de se expandir tal conhecimento à todas as pessoas e, para tanto se faz necessário repensar possibilidades de adequações para que as informações sejam difundidas e acessíveis ao público em geral, com ou sem algum tipo de deficiência. Refletindo sobre a necessidade de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, uma possibilidade de utilização de instrumento de tecnologia assistiva é a audiodescrição, proposta neste trabalho de pesquisa.

1.4- DEFICIÊNCIA VISUAL E SUAS PARTICULARIDADES

Deficiência visual (DV) é a perda parcial ou total da visão nos dois olhos podendo ser classificada como cegueira ou baixa visão. A classificação da DV, de acordo com a CID -11 (2018) acontece em dois grupos:

(I) DV PARA PERTO: Acuidade visual inferior a N6 ou N8 a 40cm, podendo ter correção.

(II) DV PARA LONGE: Leve (acuidade visual inferior a 6/12); Moderada (Acuidade visual inferior a 6/18); Grave (Acuidade visual inferior a 6/60); e Cegueira (Acuidade visual inferior a 3/60)

A DV pode ter origem congênita, causada por infecções virais in útero (toxoplasmose, rubéola, sífilis, sarampo e etc) ou ser adquirida por doenças pós nascimento ou acidentes, conforme detalhado na figura 7 ¹⁹.

¹⁹ <http://www.efdeportes.com/efd93/defic.htm>

Figura 7- Origens da DV

A	B
<p>Albinismo: patologia caracterizada pela deficiência na pigmentação da íris, o que resulta em grande sensibilidade à luz.</p> <p>Aniridia: ausência ou má formação da íris, resultando na deficiência visual.</p> <p>Atrofia óptica: deterioração de parte ou de todas as fibras nervosas do nervo óptico.</p> <p>Catarata: opacidade do cristalino, causando o embaçamento da visão, pode ser congênita ou adquirida.</p> <p>Coriorrentinite Macular: inflamação da coróide e retina, atingindo a mácula, geralmente causada por toxoplasmose.</p> <p>Estrabismo: os olhos encontram-se desalinhados impedindo a fusão da imagem.</p> <p>Glaucoma: aumento anormal da pressão intra-ocular.</p> <p>Hipermetropia: erro de refração que dificulta a focalização de objetos próximos.</p> <p>Miopia: dificuldade para enxergar a distância.</p> <p>Retinose Pigmentar: degeneração e atrofia da retina iniciando na região periférica conduzindo ao afunilamento gradativo da visão.</p> <p>Rubéola Materna: infecção febril e virótica que pode resultar na deficiência visual, na perda auditiva e em déficits mentais e neurológicos quando a mãe sofre o contágio no primeiro trimestre de gestação.</p> <p>Sífilis: é uma doença infecciosa que pode causar a paralisia do nervo óculomotor.</p> <p>Toxoplasmose: pode causar inflamação na retina, resultando na deficiência visual.</p>	<p>Amblíopia ou olho preguiçoso: baixa acuidade visual em decorrência do estrabismo.</p> <p>Anisometropia: é a diferença acentuada de grau entre os olhos.</p> <p>Astigmatismo: são variações na curvatura dos meridianos da córnea que podem causar distorção e embaçamento da visão.</p> <p>Catarata: pode ser corrigida através de cirurgia com implante de uma lente artificial na parte interna da estrutura capsular do cristalino.</p> <p>Conjuntivite: inflamação na conjuntiva.</p> <p>Descolamento de retina: é a separação entre as diferentes camadas da retina, decorrente de inflamações e infecções.</p> <p>Diabetes: doença metabólica que pode levar a diversas alterações visuais.</p> <p>Glaucoma: pode ser congênito ou adquirido.</p> <p>Presbiopia ou vista cansada: perda da capacidade de acomodação da lente decorrente do processo de envelhecimento, resultando em limitações visuais.</p> <p>Retinoblastoma: doença manifestada por presença de tumor maligno na retina de um ou dos dois olhos, aparece geralmente antes dos cinco anos.</p> <p>Retinopatia da prematuridade: neovascularização dos vasos retinianos por excesso de oxigenação em bebês prematuros mantidos em incubadoras, há formação de uma membrana pós-cristalina e geralmente provoca deslocamento da retina.</p> <p>Sarampo: doença aguda virótica, com evolução febril que pode levar a cegueira.</p> <p>Subluxação do cristalino: deslocamento parcial do cristalino afetando os principais mecanismos de refração e acomodação podendo causar hipermetropia.</p> <p>Toxoplasmose: pode ser congênita, através da transmissão da mãe ao feto durante a gestação ou adquirida, através do contato com fezes de animais contaminados ou da ingestão de carne crua ou mal cozida infectadas pelo protozoário <i>Toxoplasma gondii</i>.</p> <p>Traumatismos diversos: causados por acidentes de automóvel, de trabalho ou com arma de fogo, quedas, perfurações, queimaduras, entre outros.</p>

(A) Causas da deficiência visual por origem congênitas.

Descrição: **Albinismo:** patologia caracterizada pela deficiência na pigmentação da íris o que resulta em grande sensibilidade à luz; **Aniridia:** ausência ou uma má formação da íris, resultando na deficiência visual; **Atrofia óptica:** deterioração de parte ou de todas as fibras nervosas do nervo óptico; **Catarata:** opacidade do cristalino, causando embaçamento da visão, pode ser congênita ou adquirida; **Coriorrentinite Macular:** inflamação da coróide e retina, atingindo a mácula, geralmente causada por toxoplasmose; **Estrabismo:** os olhos encontram-se desalinhados impedindo a fusão de da imagem; **Glaucoma:** aumento anormal da pressão intra-ocular; **Hipermetropia:** erro de refração que dificulta a focalização de objetos próximos; **Miopia:** dificuldade para enxergar a distância; **Retinose pigmentar:** degeneração e atrofia da retina iniciando na região periférica conduzindo ao afunilamento gradativo da Visão; **Rubéola Materno:** infecção febril e virótica que pode resultar na deficiência visual, na perda auditiva e em déficits mentais e neurológicos quando a mãe sofre contágio no primeiro trimestre de gestação; **Sífilis:** é uma doença infecciosa que pode causar a paralisia do nervo óculomotor; **Toxoplasmose:** pode causar inflamação na retina resultando na deficiência visual. Fim da descrição.

(B) Causas da deficiência visual adquiridas

Descrição: **Amblíopia ou olho preguiçoso:** baixa acuidade visual em decorrência do estrabismo; **Anisometropia:** é a diferença acentuada de grau entre os olhos; **Astigmatismo:** são variações na curvatura dos meridianos da córnea que podem causar distorção e embaçamento da Visão; **Catarata:** pode ser corrigida através de cirurgia com implante de uma lente artificial na parte interna da estrutura capsular do cristalino; **Conjuntivite:** inflamação na conjuntiva; **Deslocamento de retina:** é a separação entre as diferentes camadas da retina decorrentes de inflamações e infecções; **Diabetes:** doença metabólica que pode levar a diversas alterações visuais; **Glaucoma:** pode ser congênito ou adquirido; **Presbiopia ou vista cansada:** perda da capacidade de acomodação da lente decorrente no processo do envelhecimento, resultando em limitações visuais; **Retinoblastoma:** doença manifestada por presença de tumor maligno na retina de um ou dos dois olhos, aparece geralmente antes dos cinco anos; **Retinopatia da prematuridade:** neovascularização dos vasos retinianos por excesso de oxigenação em bebês prematuros mantidos em incubadora, há formação de uma membrana pós-cristalina e geralmente provoca deslocamento da retina; **Sarampo:** doença aguda virótica, com evolução febril que pode levar a cegueira. **Subluxação do cristalino:** deslocamento parcial do cristalino afetando os principais mecanismo de refração e acomodação podendo causar hipermetropia;

Toxoplasmose: pode ser congênita, através da transmissão da mãe ao feto durante a gestação ou adquirida, através do contato com fezes de animais contaminados ou da ingestão de carne crua ou mal cozida infectados pelo protozoário *Toxoplasma gondi*; **Traumatismos diversos:** causados por acidentes de automóvel, de trabalho ou com arma de fogo, quedas, perfurações, queimaduras, entre outros. Fim da descrição.

1.4.1 TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA DEFICIÊNCIA VISUAL

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

“Art. 3º VIII - Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2015)

Dentro da perspectiva da DV, a leitura e escrita acontecem através do código Braille na maioria dos países. Este código é formado por caracteres em relevo, que são lidos através do tato, e foi desenvolvido pelo francês Louis Braille para atender sua própria necessidade, e foi oficializado como recurso para DV em 1842.

Louis Braille nasceu em 1809 numa pequena cidade francesa de Coupvray, pertencente ao distrito de Seine-Marne, a cerca de 45km de Paris. Em 1812, ainda aos três anos de idade, sofreu um acidente na oficina do seu pai e teve o olho esquerdo perfurado. Em seguida uma infecção ocular se estendeu para o olho direito, ocasionando a perda da visão nos dois olhos.²⁰ Mesmo com a cegueira, Louis Braille se destacou pela inteligência e diversas habilidades, sendo o interesse maior em música, tornando-se grande pianista e organista na juventude e fase adulta. Ainda criança ganhou bolsa de estudos para a escola para cegos, que utilizava o sistema de livros impressos com letras grandes e em relevo, idealizado por Valentin Haüy.

²⁰ <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/fique-por-dentro/louis-braille-o-invent>

Com a finalidade de tornar a leitura e a escrita para pessoas cegas mais acessíveis e mais simples, Louis Braille levantou diversas hipóteses e fez diversos testes, com auxílio de amigos estudiosos, até chegar ao código Braille, a partir da contribuição do capitão de artilharia, Charles Barbier, com o sistema de sonografia. Tal sistema consistia em transmitir ordens aos soldados no período da noite, no escuro, através de sinais complexos em alto relevo que podiam ser lidos com as pontas dos dedos, mas de difícil memorização devido ao grande número de sinais para formar as palavras.

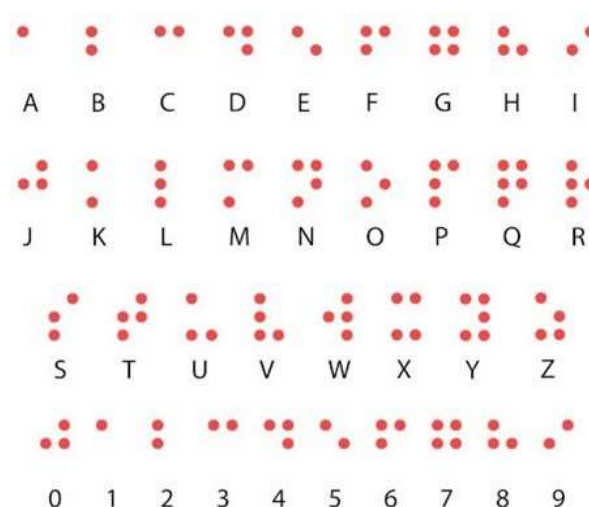
Louis fez adaptações significativas e ressignificou a leitura e a escrita, concebendo o código Braille, aos 15 anos de idade. E um jovem brasileiro cego, chamado José Álvares de Azevedo (1834 - 1854) , filho do escritor Álvares de Azevedo estudava na França na mesma época da implantação do código Braille e lá se apropriou do código na idade dos 10 aos 16 anos. Ao retornar ao Brasil, a partir de um grande desejo de propagar este conhecimento, começou a dar aulas, palestras e a ensinar o código Braille a pessoas com DV.

No Brasil, o código Braille iniciou a ser usado em 1854, a partir da abertura do Instituto Meninos Cegos, o atual Instituto Benjamin Constant, localizado no bairro da Urca, Rio de Janeiro, pelo imperador D. Pedro II, o qual tinha grande admiração pelo trabalho de José Álvares de Azevedo. O jovem faleceu seis meses antes da inauguração da escola, aos 20 anos, mas deixou seu exemplo de garra e determinação, difundindo o código Braille, que é usado até hoje no nosso país.

A leitura Braille é tátil, utilizando a ponta dos dedos e é feita da esquerda para a direita, passando letra por letra, identificando os códigos, podendo utilizar uma ou as duas mãos. Já a escrita pode ser feita com a reglete e a punção, da direita para a esquerda ou utilizando a máquina Perkins. Cada letra é composta por um ou mais pontos dentro da cela Braille, e cada cela é composta de seis pontos em relevo, em duas colunas, numeradas da seguinte forma: coluna direita, de cima para baixo: 1,2,3; coluna esquerda, de cima para baixo; 4,5,6. As combinações diferentes utilizando os 6 pontos podem formar 63 símbolos Braille. (Fonte ^{21 22})

²¹ Quem foi Louis Braille? Trechos do livro “Louis Braille: sua vida e seu sistema” (Fundação para o Livro do Cego no Brasil, São Paulo, 1978, 2ª edição),

Figura 8 – Base do Sistema Braille para realização escrita e leitura por pessoas com DV ²³



Descrição: Alfabeto e numerais de 0 (zero) a 9 (nove) utilizando a escrita Braille.

Com a finalidade de proporcionar maior autonomia e melhor qualidade de vida, diversos meios de tecnologia assistivas foram criados e são utilizados atualmente. Especificamente em relação ao público alvo da DV, podemos citar alguns exemplos de ferramentas de acessibilidade tradicionalmente descritas e utilizadas há décadas, conforme apresentado na **Figura 9**.

Figura 9 – Ferramentas de tecnologias assistivas utilizadas para acessibilidade de pessoas com DV.

redigido por Jurema Lucy Venturini e Teresinha Fleury de Oliveira Rossi
(adaptação de Marília Estevão). IVB, 2018.

http://www.musibraille.com.br/textos/quem_foi_louis_braille.pdf

²² GUADET, J. O Instituto dos Meninos Cegos de Paris, sua história e seu método de ensino. Traduzido por José Álvares de Azevedo (natural do Rio de Janeiro e ex-aluno do mesmo Instituto). Rio de Janeiro – Tipografia de F. de Paula Brito, 1851.

https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3888/1/035672_COMPLETO.pdf

²³ <https://brasilecola.uol.com.br/portugues/braile.htm>



(A-C) Em relação a leitura e escrita: (A) Reglete e punção para a escrita Braille²⁴, (B) Máquina de escrever- Perkins.²⁵ e (C) Impressora Braille.²⁶ (D-E) Em relação ao reconhecimento de objetos: (D) Maquete tátil²⁷ e (E) Livro tátil²⁸. (F-I) Em relação a locomoção: (F) Sinais sonoros, (G) Bengala,²⁹ (H) Piso tátil^{30 31} e (I) Cão guia.³²

²⁴ https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.planetapedagogico.com.br%2Freglete-de-mesa-com-puncao-braille&psig=AOvVaw1k6K83xhnrYR9tDioEJYLF&ust=1712352897751000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBiQjRxqFwoTCIjh_fnBqYUDFQAAAAAdAAAAABAE

²⁵ <https://photos.enjoei.com.br/maquina-de-escrever-em-braile/1200xN/czM6Ly9waG90b3MuZW5qb2VpLmNvbS5ici9wcm9kdWN0cy82MDg1NDA2L2U2NmWZTlxMmMwYTc4NjAxYmNmMjYwZjBhZTk0LmpwZw>

²⁶ <https://i.ytimg.com/vi/e5WQyoi5npM/hqdefault.jpg?sqp=-oaymwEmCOADEOgC8quKqQMa8AEB-AH-BIAC4AOKAgwIABABGGUgWyhWMA8=&rs=AO4n4CLCptFD2AFcUJcTgpOgP3cVfG3agA>

²⁷ <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSURnmsAcMyfpotAKBZPK46K0x5ecDQGiuZsvHRCFOggg&s>

²⁸ <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSURnmsAcMyfpotAKBZPK46K0x5ecDQGiuZsvHRCFOggg&s>

²⁹ https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fdirectborrachas.wordpress.com%2F2019%2F03%2F14%2Fcor-da-bengala-ajuda-a-identificar-o-grau-de-deficiencia-visual%2F&psig=AOvVaw10QmdxyTN2gr7uPBhXxv_q&ust=1712354656533000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBiQjRxqFwoTCKCXr7LlqYUDFQAAAAAdAAAAABAE

³⁰ https://encryptedtbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcR0IlmQla1l0oLpZtBaWGAJYuSiNOTEDTt0PV9Pd4cJcQ_&s

³¹ <https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2019/05/semaforo-sonoro-para-deficientes-visuais.jpg>

³² <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQil3DVuHP--IFbEnyUyyCRD8Seio7e44rmxVbVjFJSX6dZw5JIW09t2SEleNG17iOxjE&usqp=CAU>

Adicionalmente, com o avanço tecnológico e o crescente desenvolvimento de ferramentas digitais, aplicativos e software, além da evolução dos computadores pessoais e smartphones, que tornam acessíveis e aproximam a tecnologia do usuário, vivenciamos uma realidade de surgimento de vários recursos digitais viáveis e possíveis de serem utilizados pelo público com DV, a fim de facilitar sua comunicação e ação nas atividades de vida diária (AVDs), profissionais e sociais no seu dia a dia.

Figura 10 – Lista de recursos para comunicação de pessoas com deficiência visual em relação às Tecnologias Assistivas.

RECURSOS DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA USUÁRIOS COM DV	
A	<div data-bbox="264 958 427 981">1. JAWS no Windows</div>  <p>O JAWS (Job Access With Speech) é sem dúvida o principal leitor de telas do mercado. Desenvolvido pela Freedom Scientific o software é considerado por muitos o melhor e mais completo leitor de telas para plataforma Windows. Atualmente na versão 12, o software permite aos usuários cegos ou com baixa visão acesso quase que total as principais funcionalidades do sistema, desde manipulação de pastas e arquivos, configuração e personalização do sistema, criação e edição de documentos no pacote de escritório Office, navegação em sites da Internet, entre outras funcionalidades.</p> <p>Ficha Técnica: Versão: 12.0.522 (Curso on-line de 45 minutos) Desenvolvido por: Freedom Scientific Site Oficial: http://www.freedomscientific.com Download: Clique aqui para baixar o JAWS 12</p>
B	<div data-bbox="264 1227 389 1249">2. Virtual Vision</div>  <p>Desenvolvido em 1997 pela empresa Brasileira Micropower, o Virtual Vision, atualmente na versão 7.0, é o único leitor de telas totalmente desenvolvido no Brasil.</p> <p>Este leitor tipicamente roda em ambiente Windows e é capaz de interagir com os principais programas normalmente utilizados em um computador, reconhecendo assim Word, Excel, Internet Explorer, Outlook, MSN, Skype, entre outros.</p> <p>Ficha Técnica: Versão: 7.0 Demo (sessões de 30 minutos) Desenvolvido por: Micropower Site Oficial: http://www.virtualvision.com.br/ Download: Clique aqui para baixar o Virtual Vision 7.0 (você será redirecionado para uma página de cadastro)</p>
C	<div data-bbox="264 1512 336 1534">3. NVDA</div>  <p>O NVDA (Non Visual Desktop Access) é um leitor de telas gratuito e de código aberto, ou seja, é um software totalmente livre de custos, indo pela contramão do JAWS e Virtual Vision, onde o valor da licença é inacessível à grande parte da população.</p> <p>O projeto foi iniciado em meados de 2006, pelo jovem australiano Michael Curran, mas ainda está um pouco aquém de seus principais concorrentes comerciais nos quesitos de funcionalidades e interação com o sistema, no entanto o leitor está evoluindo a passos largos.</p> <p>Uma característica que garante um grande diferencial ao NVDA é o fato dele não precisar ser instalado no sistema, podendo ser levado em um pendrive, cd ou qualquer outro disco removível.</p> <p>Ficha Técnica: Versão: 2011.1.1 (Gratuito e de Código Aberto) Desenvolvido por: NV Access Site Oficial: http://www.nvaccess.org/ Download: Clique aqui para baixar o NVDA 2011.1.1 ou Clique aqui para baixar o NVDA 2011.1.1 (versão portátil)</p>



Assim como o NVDA, o Orca também é um software gratuito e de código aberto. O diferencial aqui é que ele roda em Sistema Operacional Linux. O Orca além de leitor de telas é também um ampliador de telas, possibilitando ao deficiente visual a utilização de apenas um programa para surfar o sistema acessível.

Quando em sistema acessível, o Orca já vem instalado como recurso de acessibilidade padrão em algumas distribuições Linux, permitindo assim que o deficiente visual instale o sistema sem o auxílio de um vidente. Como o Linux possui três distribuições, sugiro aos interessados baixar a versão Linux Acessível 2011.04 ou clicar aqui para baixar o Projeto PenDrive P123.org.

Ficha Técnica:
Versão: 3.0 (Gratuito e de Código Aberto)
Desenvolvedor: 3.0.2 (Gratuito e de Código Aberto)
Site Oficial: <http://www.gnome.org/Orca>
Download: [Clique aqui para baixar o Linux Acessível 2011.04](#) ou [Clique aqui para baixar o Projeto PenDrive P123.org](#).



Desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o DOSVOX é apenas um leitor de telas e sem um Sistema Operacional completo rodando em ambiente Windows.

Grande parte das mensagens sonoras emitidas pelo DOSVOX é feita em voz humana gravada. Isso significa que ele é um sistema com baixo índice de estresse para o usuário, mesmo com uso prolongado. Talvez por isso o DOSVOX seja leitor de telas mais indicado para crianças, jovens ou para um usuário que esteja começando a usar um computador.

Dentro do sistema você encontrará editor de texto, jogos de caráter didático e lúdico, programas para ajudar na educação de crianças com deficiência visual, entre outras tantas funcionalidades.

Ficha Técnica:
Versão: 4.1 (Gratuito)
Desenvolvedor: Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ
Site Oficial: <http://nucleo.ufrj.org/ndosvox/>
Download: [Clique aqui para baixar o DOSVOX 4.1 \(versão completa\)](#) ou [Clique aqui para baixar o DOSVOX 4.1 \(versão básica\)](#).

Descrição: (A) JAWS- leitor de telas para Windows- manipulação de pastas e arquivos, configuração e personalização do sistema, criação e edição de documentos no pacote de escritório Office, navegação em sites da internet, entre outras funcionalidades. Imagem de um tubarão de boca aberta pulando no mar (B) Virtual Vision- Leitor de telas totalmente desenvolvido no Brasil- reconhece Word, Excel, Internet Explorer, Outlook, MSN, Skype, entre outros. Imagem de um círculo com uma esfera dentro, parecendo um olho (C) NVDA- leitor e ampliador de telas gratuito e de código aberto- não precisa ser instalado no sistema. Imagem de uma figura da fusão das letras NVDA. (D) Orca- leitor de telas gratuito e de código aberto- sistema operacional Linux. Imagem de uma baleia. (E) DoxVox- leitor de telas e sistema operacional completo, apropriado para crianças e pessoas que estão iniciando manuseio com o computador. Apresenta editor de texto e, jogos didáticos e lúdicos. Imagem de um fone de ouvido e um retângulo ao meio escrito DOX em amarelo na parte superior e VOX em preto, na parte inferior. Fim da descrição.

1.4.2 ACESSIBILIDADE E AUDIODESCRIÇÃO

Garantir a acessibilidade é mais do que proporcionar o bem estar no espaço físico/arquitetônico, mas refletir e dinamizar as relações sociais através da alteridade e da empatia, possibilitando as dinâmicas grupais interativas, a comunicação aberta, a troca de saberes e vivências, o conhecimento e a prática de direitos e deveres e, a ressignificação do pensamento/ação social no que se refere a habilidades, potencialidades, dificuldades e necessidades as quais cada ser humano possui.

Dentre as tecnologias assistivas mencionadas anteriormente, a audiodescrição é utilizada como instrumento de acessibilidade destinado a atender as demandas da pessoa com D.V, transformando imagens em palavras, possibilitando a acessibilidade a livros, filmes, espetáculos teatrais, cinema, quadros, fotografias entre outros. É importante destacar que o descritor traduz a imagem em palavras, porém não pode interferir na interpretação pessoal, nas observações individuais no que está sendo narrado.

De acordo com o Ministério da Comunicação é:

A narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual. (BRASIL, 2006a)

Observando a necessidade de contribuir significativamente com o acesso das pessoas com deficiência a história e ao acervo do MAI, nos disponibilizamos a preparar a audiodescrição como recurso de acessibilidade. A Lei Brasileira de Inclusão- LBI (Lei nº 13.146/2015), no Artigo 74 traz como garantia:

Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.

O Guia para produções Audiovisuais, na página 10, contribui da seguinte forma:

A audiodescrição é uma modalidade de tradução audiovisual, de natureza intersemiótica, que visa tornar uma produção audiovisual acessível às pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma locução adicional roteirizada que descreve as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização dos personagens.

A audiodiodescrição tem o carater intersemiótico e polissêmico, pois apresenta questões subjetivas em relação as escolhas feitas das imagens a serem narradas e transmitidas para os ouvintes.

De acordo com o documento “Introdução à Audiodescrição” produzido pelo Escola Nacional de Administração Pública (Enap), página 7, é necessário seguir alguns critérios específicos para produzir uma audiodescrição efetiva e de qualidade:

Para a audiodescritora Graciela Pozzobon e para a produtora e curadora Lara Pozzobon, a audiodescrição consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como:

- Expressões faciais e corporais que comuniquem algo.
- Informações sobre o ambiente
- Figurinos

- Efeitos especiais
- Mudanças de tempo e espaço
- Leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela.

A audiodescrição permite o recebimento da informação contida na imagem ao mesmo tempo em que ela aparece, permitindo que a pessoa aproveite a obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa da mesma forma que uma pessoa sem alguma deficiência visual.

Para a elaboração e desenvolvimento de uma audiodescrição é necessário que o roteiro sinalize o tempo inicial e o final, as unidades descritivas, linguagem acessível e, que desenvolva uma boa narração, sendo direta, clara destacando o conteúdo principal, para que seja compreendida. A AD está dividida tecnicamente em quatro momentos: escolha da imagem que será descrita, eleição (o que, como e em qual perspectiva) será narrado, realizar a consultoria de uma pessoa com DV capacitada em estúdio para fazer os ajustes e alterações necessários, finalizando com a narração nítida, compreensível e de qualidade.

Podemos destacar três tipos de audiodescrição:

- ✓ Escrita: apresenta o roteiro a ser lido, usando ou não algum recurso de tecnologia assistiva, como leitor de tela.
- ✓ Gravada: exige um tempo de preparação, roteiro, gravação e só após avaliação pode ser divulgado ou apresentado publicamente.
- ✓ Simultânea: narrar os fatos em tempo real: espetáculos teatrais, sala de aula, convivência cotidiana entre outros.

Tendo em vista a necessidade de promover acessibilidade às informações e acervo do MAI, as quais se fazem de suma importância para o conhecimento da história dos povos indígenas datados há milhões de anos, através de vestígios descobertos e documentados cientificamente, da construção e cotidiano do recolhimento de mulheres chamado Santa Teresa, onde localiza-se o museu e a relação desse espaço de saberes com a comunidade pesqueira local e, com o objetivo de efetivamente divulgar esses conhecimentos, pensamos em realizar neste projeto a produção da tecnologia assistiva

destinada a apresentar os objetos e imagens às pessoas com D.V, através da audiodescrição.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Produzir acessibilidade para pessoas com deficiência visual ao acervo e história do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) Niterói, RJ.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Realizar levantamento bibliográfico sobre a história e o acervo do MAI;
- ✓ Produzir a Audiodescrição sobre os conteúdos do MAI;
- ✓ Validar o material de audiodescrição produzido junto ao público-alvo;
- ✓ Disponibilizar a audiodescrição digital, através de link e QR Code, para a gestão do MAI;
- ✓ Publicizar o produto gerado em documentos científicos.

3. METODOLOGIA

3.1 DESENHO DA PESQUISA

Conforme já mencionado anteriormente este é um estudo que se orienta por princípios metodológicos da pesquisa qualitativa, mais especificamente, sob fundamentos da pesquisa-ação. A pesquisa-ação surgiu na década de 1960 como uma proposta metodológica preocupada com as relações entre teoria e prática, que busca a participação coletiva com vista na transformação da realidade do campo da pesquisa. Segundo Thiollent (1985) uma das principais referências dessa perspectiva de pesquisa:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da

situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (Thiollent,1985, p.14)

Deste modo, a pesquisa-ação tem como objetivo produzir conhecimentos de forma ativa e participativa, contribuindo para a ampliação de discussões que façam avançar o debate acerca das questões abordadas. Assim, a partir desses esclarecimentos iniciais, daremos sequência ao relato do percurso metodológico dessa pesquisa.

Na primeira etapa realizamos o levantamento de dados documentais sobre o espaço físico, a história local e o acervo do MAI, a partir de documentos disponibilizados pelo acervo do próprio museu, de acordo com as etapas: pré-análise, organização dos documentos e análise dos resultados. Adicionalmente, foram realizadas observações de campo no MAI para avaliação do espaço físico e acervo.

Após a análise documental do acervo e avaliação do espaço físico, demos sequência às etapas de elaboração da audiodescrição com a participação coletiva de um grupo de pessoas que estudam e fazem experimentações no campo da audiodescrição. O processo de construção da audiodescrição seguiu as etapas: roteiro, consultoria, narração, edição de áudio e validação, tendo como colaborador o Laboratório de acessibilidade de Imagens - LABIMAGO- Projeto de Extensão e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense - UFF, Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj – Proc. 40845422478587816062024), coordenado pela Profa. Dra. Dagmar de Mello e Silva. Devemos esclarecer que a função do laboratório foi acolher minha presença em seus encontros, para que eu pudesse me inteirar melhor a respeito dos processos de audiodescrição, além da participação efetiva de Alessandro Câmara (um dos participantes do grupo) que nos deu consultoria ao longo do processo. O professor Alessandro é consultor profissional com grande experiência e trabalhos relevantes na área.

Posteriormente, as audiodescrições foram avaliadas e validadas por 10 (dez) participantes de pesquisa com deficiência visual e o produto final com as audiodescrições foram disponibilizadas como arquivos digitais acessíveis (*link* e/ou QR Code com indicação em Braille para localização) à gestão do MAI. Este projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil

(CAAE:81550424.0.0000.8160), tendo sido aprovado em 17/09/2024, parecer consolidado número 7.082.979).

Com relação ao produto, seguindo orientações da banca de qualificação, mediante a complexidade que envolve um processo de audiodescrição e do tempo que dispunha para a realização do nosso objetivo inicial (fazer a audiodescrição de todas as imagens do museu). Compreendemos que a tarefa seria intangível diante das circunstâncias que envolvem um Mestrado e das dificuldades que tivemos que enfrentar ao longo do mesmo, inerentes a nossa escolha. Portanto optamos por ouvir o conselho da banca e apresentar 4 (quatro) caixas de vidro, contendo partes do acervo e textos explicativos, nos comprometendo a realizar a empreitada inicialmente proposta, posteriormente.

Os roteiros e as audiodescrições, tiveram como base 4 (quatro) fotografias de parte do acervo do MAI, apresentando 4 (quatro) caixas de vidro contendo objetos/ vestígios relacionados a pré-história, ao recolhimento de mulheres e a colônia de pescadores da região, bem como textos explicativos lá apresentados. A partir dessas caixas e textos, obtivemos o resumo do acervo. É importante destacar que, a qualidade das fotografias ficou um tanto quanto comprometida, devido ao reflexo das luzes no vidro das caixas, pois não possuem antirreflexo, porém foram escolhidas por apresentarem o acervo mais detalhadamente.

Durante a consultoria para a realização dos roteiros, fomos orientadas a adequar e adaptar os textos informativos tornando-os mais simples, devido a complexibilidade da linguagem para maior e melhor compreensão, pois tornariam os conteúdos conceituais mais acessíveis. Após os ajustes e adequações sugeridos, iniciamos a gravação das audiodescrições em estúdio profissional, tendo como sequência o tratamento do áudio, retirando ruídos indesejáveis. Seguimos com as etapas da pesquisa, contatando os usuários com DV, que atendessem ao critério de inclusão, para a realização da avaliação e validação.

O recrutamento aconteceu por metodologia de bola de neve, em que dois participantes primeiro contactados, pesquisadores no LABMAGO mas não colaboradores neste projeto, indicaram outros participantes, e assim sequencialmente, até chegarmos ao ponto de saturação ou atingir o tamanho amostral proposto na pesquisa. Sendo assim, foi possível obter a avaliação de pessoas de diversos estados do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Tocantins e Pará. Consideramos como critério de inclusão pessoas com cegueira

total congênita ou adquirida, na faixa etária entre 18 (dezoito) e 40 (quarenta) anos, sem grupo étnico ou gênero definido. Porém, de acordo com o grau de interesse dos participantes, considerando que o limite de idade seria apenas para limitar a participação, sem atribuir consequências negativas na realização da pesquisa, ampliamos a faixa etária, considerando até 60 (sessenta anos). E estabelecemos como critério de Exclusão, pessoas com deficiência visual associada a outro tipo de deficiência, sem autonomia ou com deficiência visual adquirida a menos de 5 (cinco) anos.

Cabe ressaltar que todos os contatos com os participantes foram realizados apenas através do Google Meet, devido a distância dos participantes, não havendo nenhum tipo de contratempo. No primeiro encontro, apresentamos e conversamos sobre a pesquisa e a participação, resultando na gravação do registro de consentimento livre e esclarecido (RCLE, apêndice 1). A partir da divulgação das audiodescrições realizamos as entrevistas, a fim de obtermos a opinião dos usuários comuns, avaliando e validando assim o produto citado, para disponibilizar o acesso nas redes sociais do MAI.

3.2 CENÁRIO DO ESTUDO

O MAI, localizado em Itaipu, Região Oceânica de Niterói, Rio de Janeiro, cujo acervo e história estão documentados pelo próprio museu, apresenta a exposição através da visitação ao espaço e das redes sociais, porém tal proposta não está disponível em formato acessível à pessoas com deficiência visual.

As entrevistas foram conduzidas em ambiente remoto a fim de facilitar o contato com os participantes e minimizar o deslocamento para os mesmos.

3.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS DOCUMENTAIS

O levantamento dos dados documentais sobre o acervo e a história local foram feitos a partir do acesso ao site e ao folheto de apresentação do Museu, os quais podem ser encontrados nas redes sociais, bem como em documentos

disponíveis no próprio museu, descritos nas exposições e, em livros e artigos também acessíveis via internet. A pesquisa foi realizada tanto presencialmente no espaço do museu, na visita às Dunas e Sítio Arqueológico Camboinhas e, com a comunidade pesqueira, quanto remotamente no acesso às informações históricas.

4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ELABORAÇÃO DAS AUDIODESCRIÇÕES

Neste trabalho realizamos o levantamento de dados documentais digitais de domínio público³³ sobre o espaço físico, a história local e o acervo do MAI. Utilizamos posteriormente documentos disponibilizados pelo acervo do próprio museu. A partir do levantamento destes dados coletados, fizemos a pré-análise, organização dos documentos e análise dos resultados, e seguimos para as etapas de elaboração da audiodescrição (roteiro, consultoria, narração, o tratamento e edição da gravação da audiodescrição em estúdio e criação do link e o QR Code, em parceria com o LABIMAGO, projeto de extensão da UFF).

A partir do levantamento de dados coletados do acervo do MAI e obtenção das imagens selecionadas, elaboramos o roteiro e a gravação da audiodescrição, tendo o LABIMAGO como orientador e colaborador neste processo. Após essa etapa, fizemos o tratamento da gravação da audiodescrição em estúdio e criamos o link e o QR Code. Em seguida disponibilizamos a gravação para a avaliação e validação do conteúdo.

Conforme informado previamente, foram realizadas as audiodescrições do conteúdo das 4 caixas de vidro, que sumariza o acervo do MAI. A primeira audiodescrição retrata o acervo que explora os “Artefatos de pedra” e discorre sobre povoamento litorâneo e seus testemunhos culturais, datando de 8.000 anos atrás. A segunda áudio descrição apresenta a “Pré história, legado e tradição” que retrata o primeiro registro da palavra Itaipu e questões dos povos

³³ <https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/>

indígenas que ocupavam a região. A terceira audiodescrição apresenta um pouco da história do museu, iniciando pelos “Artefatos de cerâmica” encontrados na região, que relacionam-se com a ocupação portuguesa, e as ocupações anteriores do prédio, desde o Recolhimento de mulheres de Santa Teresa remanescente da colonização portuguesa, até o tombamento em 1955.

Enquanto a última audiodescrição fala da relação do “museu, comunidade e o entorno”, explicando que o MAI tem sua criação e sua atuação estreitamente vinculados ao ambiente natural e ao contexto socioeconômico em que se encontra inserido. O MAI está intimamente atrelado à colônia de pesca, pois o museu, criado em 22 de março de 1977, possui como principal coleção de seu acervo cerca de mil peças doadas por Hildo de Mello Ribeiro, arqueólogo amador e agente federal de fiscalização de pesca da Colônia.

É importante destacar que a tabela do material audiodescrito encontra-se no apêndice.

4.2 VALIDAÇÃO DO CONTEÚDO DA AUDIODESCRIÇÃO

Os participantes foram recrutados por amostragem tipo bola de neve, ou seja, a partir da indicação de duas pessoas cegas congênitas que indicaram outras oito pessoas de seus grupos de convívio. O tamanho amostral foi limitado pelo ponto de saturação da amostra, ou o limite máximo de 10 (dez) participantes. A apresentação oral (leitura ou gravação de áudio) com as informações sobre a pesquisa e a disponibilização/leitura RCLE (Registro do Consentimento e Assentimento Livre Esclarecido) para gravação de áudio concordando ou discordando, em acordo com o Art.15 da Resolução CNS nº510/2016, ocorreu presencialmente ou *on line*, de acordo com as possibilidades e necessidades dos participantes.

Os participantes recrutados atendiam aos critérios de inclusão proposto e após concordarem com RCLE, receberam o *link* e o *QR CODE*, e as instruções para a realização da avaliação do material de audiodescrição. Após isso, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, através de questionário com 6 (seis) perguntas na modalidade *on line*, de acordo com as possibilidades e disponibilidades de tempo, locomoção e tecnologias assistivas dos participantes, para coleta dos dados. Tais entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, e foi utilizada uma linguagem acessível, respeitando as particularidades e individualidades, com neutralidade e imparcialidade. Todos os

dados da pesquisa foram resguardados em computador seguro, com senha, até a conclusão e a divulgação dos resultados.

Os riscos previstos neste estudo foram mínimos, tais como: o constrangimento ou incômodo por possível exposição na entrevista, dificuldades em acessar recursos de tecnologias assistivas para realizarem a avaliação do produto e, possível fragilidade e/ ou vulnerabilidade ao responder sobre o tipo de cegueira e há quanto tempo é cego, caso tenha sido algo traumático. Foi assegurado a possibilidade de interromper a qualquer momento a entrevista ou recusar-se a responder a qualquer uma das perguntas. A entrevista (oral) remota, foi agendada de acordo com as possibilidades e disponibilidades de tempo e tecnologias assistivas do participante, e este foi assegurado, caso quisesse, o direito a presença e permanência de uma pessoa de sua confiança, possibilitando conforto segurança e tranquilidade. Como medida protetiva de constrangimento, a pesquisadora também se colocou à disposição no suporte às questões tecnológicas.

Esta pesquisa teve como benefício direto o contato cultural do participante com o acervo do museu. E como benefício indireto a disponibilização do acervo do MAI em audiodescrição à sociedade, tornando possível que outras pessoas com deficiência visual do país e do mundo tenham acesso através da internet.

Após uma breve exposição oral sobre o MAI para os participantes da pesquisa, as perguntas listadas na **Quadro 1** foram questionadas aos participantes durante a entrevista. Caso houvesse dúvidas sobre o MAI, informações adicionais seriam fornecidas oralmente.

Quadro 1 – Lista de perguntas sobre o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) e a análise da audiodescrição do acervo e materiais associados deste.

Perfil dos Entrevistados
a) Nome e idade
b) Qual é seu tipo de cegueira e há quanto tempo é cego (a)?
c) Você já conhecia ou já havia ouvido falar sobre o MAI?
Análise da Audiodescrição
a) Quando você ouviu a audiodescrição, conseguiu compreender sobre o espaço físico, a história local e o acervo do MAI? Por favor comente.
b) Como você avalia esse produto (audiodescrição) em relação a qualidade e as informações? Por favor justifique.

c) Em relação a qualidade da linguagem? Como você avalia? Por favor comente.
d) Como você avalia o tom de voz da audiodescrição?
e) Você gostaria de fazer algum comentário, crítica, sugestão ou observação? Fique à vontade para comentar!!!
f) Em comparação a audiodescrições anteriores existe algo que queira destacar?

(Fonte: a autora)

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Utilizamos o método de análise qualitativa, composta por três fases: a pré-análise (consultoria), a exploração do material e o tratamento dos resultados e a interpretação dos resultados. Os dados pessoais foram usados para descrever o perfil dos voluntários, enquanto os dados das demais perguntas foram usados para categorizar as informações sobre a audiodescrição das 4 (quatro) caixas de vidro do acervo do museu em linguagem acessível (também conhecida como linguagem simples). A seguir tentaremos realizar uma intersecção entre as questões que envolvem a audiodescrição e as respostas dos participantes da pesquisa, a fim de validar o material apresentado como produto da pesquisa.

Quadro 2: Perfil dos Entrevistados

IDADE	TIPO DE CEGUEIRA	ADQUIRIDA-TEMPO	JÁ CONHECIA O MAI
21 anos	Congênita	Nascimento	Não
23 anos	Catarata congênita	Nascimento	Não
24 anos	Retinopatia da prematuridade Congênita	Nascimento	Não
35 anos	Glaucoma congênito	Nascimento	Não
36 anos	Glaucoma congênito	22 anos	
39 anos	Adquirido- acidente	26 anos	Não
40 anos	Glaucoma congênito	25 anos	Não
42 anos	Glaucoma congênito	35 anos	Não
43 anos	Catarata congênita e descolamento de retina	22 anos	Não
53 anos	Congênita adquirida- diabetes	5 anos	Não

4.3.1 Resumo do conteúdo das Análise da audiodescrição

a) Em relação a compreensão sobre o espaço físico, a história local e o acervo do MAI, houve concordância a respeito dos detalhes e clareza das informações, sendo possível visualizar mentalmente e despertando, inclusive, o desejo de conhecer o espaço presencialmente. Consideraram a história e o acervo do MAI muito interessante e de fundamental importância para a sociedade, principalmente por transmitir conhecimentos de tempos passados.

De acordo com o entrevistado Camilo Silva:

Consegui entender bem e é uma história muito interessante. Enriquece um pouco a cidade de Niterói, saber como aquele museu foi construído, saber como começou toda essa história. Ela é bastante importante para nossa cidade hoje. Foi bem explicado, detalhado.

b) A avaliação do produto (audiodescrição) em relação a qualidade e as informações foi positiva, sendo mencionados novamente os detalhes e a clareza que possibilitaram maior e melhor compreensão, bem como a narração fluida e com velocidade adequada.

Na visão de Pollyana Ferreira de Souza:

Para mim que nunca encheriquei deu para compreender bem, eu não teria nada para retirar ou acrescentar. Foi tudo claro, compreendi a história e gostei.

Caio Francisco Costa passos acrescenta: “Muito bacana! Conteúdo muito interessante, bem detalhado e atrai as pessoas a conhecerem.”

c) Avaliação das audiodescrições em relação a linguagem também foi positiva, destacando a acessibilidade através da simplicidade e dos detalhes do texto, o ritmo, as pausas, tonalidade, naturalidade e a fluidez.

Douglas Roberto Nascimento de Oliveira relatou:

A linguagem está acessível, de fácil compreensão. Ritmo

bom, tom de voz bom, história bem detalhada e clara. Gostei muito!

d) Avaliação das audiodescrições em relação a voz destacou a leveza, suavidade, ritmo, serenidade e clareza, sendo agradável de ouvir.

Marcio Luiz Pires contribui com sua avaliação:

Voz forte, segura, suave, gostosa de ouvir, prazerosa, rápida, explicada, transmite paz e qualidade boa. Profissional e transmite paixão no que está fazendo.

e) Em relação aos comentários, críticas, sugestão e observação, foi mencionada a necessidade de promover acessibilidade para as pessoas com deficiências de diversas maneiras e para todos os tipos. Ressaltaram a importância da audiodescrição a qual promove a inserção da pessoa com DV na sociedade de uma forma geral, sendo possível participar de atividades culturais, como: cinema, teatro, museu, show. Houve a crítica em relação a sociedade na questão do reconhecimento da capacidade de realização de inúmeras atividades, pela pessoa com DV, sendo possível um cotidiano de superações e conquistas. Destacaram também a importância de cidadãos comuns refletirem sobre acessibilidade e inclusão, com o objetivo de construir um país mais justo e igualitário, tendo em vista que se todos forem incluídos (com ou sem deficiência) não haverá diferenças e será possível a verdadeira igualdade, levando-se em conta que todas as pessoas têm fragilidades, sejam relacionadas a medos e superações, emocionais, sentimentais e etc, que precisam ser respeitadas e superadas diariamente.

Thiago Lima de Souza comenta:

Esse é um trabalho fundamental para a sociedade. Para pessoas com ou não deficiência visual. Hoje as coisas são muito visuais e as pessoas não prestam muita atenção e nem param para ler os textos.

Bruno Fernando Martins complementa:

A audiodescrição ajuda muito e a gente precisa ocupar o

espaço na sociedade e fazer parte dela. Quando menos enxerga você vê o mundo de forma diferente.

Marcos Lima conclui que:

É muito importante levar para o mundo a questão da acessibilidade e fazer a sociedade refletir. Existe vida após a cegueira. É preciso levantar a bandeira das pessoas com deficiência importante principalmente as pessoas que não têm deficiência.

e) Em comparação a audiodescrições anteriormente conhecidas, o destaque foi a voz humana, suave, tranquila expressando emoção e não a mecânica que transmite frieza ou apenas informação sem delicadeza. Consideraram o profissionalismo no roteiro, na narração e no tratamento do áudio. Ressaltaram também que não há muitas audiodescrições disponíveis para acessar. Essa preocupação em audiodescrever imagens, lugares, filmes, eventos culturais em geral ainda não acontece frequentemente, embora já tenha melhorado bastante, ainda precisa melhorar mais.

Fernando Alves de Andrade relata:

Existem audiodescrições que não são legais: roteiro, narração e etc. O que me chamou a atenção foi a voz suave, tranquila, muito diferente da voz neural, mecânica. A pessoa com deficiência visual prefere a voz humana. Incentivo em continuar na área da AD, sendo os olhos da pessoa cega, para incluir as pessoas na sociedade.

É importante destacar que 1 (um) participante optou por não participar da pesquisa, porém já havia informações suficientes para conclusão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. CONCLUSÃO

Assim podemos concluir que a proposta de desenvolver o trabalho de audiodescrição do acervo e da história local do MAI atingiu o objetivo de contribuir com a acessibilidade de pessoas com DV, obtendo aceitação por parte dos usuários comuns que participaram da pesquisa, fornecendo informações importantes através da avaliação realizada na entrevista e a validação através da utilização e comprovação da qualidade do produto, possibilitando a divulgação dos resultados e a finalização da proposta inicial. Cabe ressaltar que há interesse em dar continuidade na promoção de acessibilidade em contribuição, não apenas ao MAI, mas principalmente a sociedade, propagando a importância da educação patrimonial, na construção de uma cultura que se preocupe em transmitir histórias passadas para compreender situações presentes, perpetuando o conhecimento e, a identidade local e cultural.

5.2- PERSPECTIVAS

Com o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa e da elaboração, produção e validação da audiodescrição poderá haver maior interação e acessibilidade de pessoas com deficiência visual à história local e acervo do MAI, além de possibilitar descrever e desenvolver outros conteúdos posteriormente, como o QR Code, com indicação em Braille das audiodescrições, utilizando um suporte de apoio do celular direcionando a câmera ao local do código, dentro do espaço do museu. Bem como a construção de pequenas maquetes que reproduzam o acervo para manuseio, contribuindo ainda mais com a inclusão de pessoas com deficiência e ampliação da Educação Patrimonial no Brasil para todos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Mirela Leite de. Políticas e processos comunicacionais no Museu de Arqueologia de Itaipu. São Paulo. Dissertação. (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo, SP, 2015.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.** DEFICIÊNCIA FÍSICA. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf> Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 05 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 jun. 2006a.

CARVALHIDO, Victor Von Rondon. Do “direito à vez à vez aos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu. Niterói, 2012. (Dissertação de mestrado da Antropologia- UFF)

CRUZ, Juliene do Valle Tardeli. Memórias de Itaipu: Políticas de Identidade e Proteção ao Patrimônio na Vila de Pescadores. São Gonçalo. 2015 (Dissertação de Mestrado da UERJ)

DEBLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo César; GASPAS, Maria Dulce. Sambaquis e paisagem. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. Arqueologia Sul-americana, v. 3, [http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/deblasis et al 2007.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/deblasis_et_al_2007.pdf)

n.

Enap Escola Nacional de Administração Pública. Introdução a Audiodescrição. Módulo 1. Brasília, DF, 2020
MINISTÉRIO DA CULTURA- Secretaria do Audiovisual. Guia de produções Audiovisuais. 2016

SANTOS, Alessandra Alves. Desafio de uma Educação Patrimonial: História, Ciência e Fantasia, na localidade de Itaipu. Monografia. (Graduação em

Pedagogia). Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2001.

SANTOS, Alessandra Alves. Visão psicopedagógica sobre o transtorno e déficit de atenção e hiperatividade- TDAH. Monografia. (0Especialização em Psicopedagogia) Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI), Niterói, RJ. 2013.

SEGALA, Lygia; Lea. CALVÃO. **Bandas d' Além:** almanaque de educação patrimonial. - Niterói: PROEX, Fundação Euclides da Cunha, Universidade Federal Fluminense. Pró-Reitoria de Extensão. Faculdade de Educação. Laboratório de Educação Patrimonial 2003. Disponível em: https://laboep.uff.br/wp-content/uploads/sites/133/2020/01/bx_laboeep_bandas-d_alem_131121.pdf Acesso em: 05 out. 2023.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.
<https://niteroi.rj.gov.br/quintal-dos-pescadores-de-itaipu-e-tombado-para-preservacao-da-historia-memoria-e-identidade-do-espaco/> Acesso em 25 de setembro de 2023
<https://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br/historia-do-museu/> Acesso em 08 de outubro de 2023
<file:///C:/Users/cliente/Desktop/Livreto-museu-de-arqueologia-de-itaipu.pdf> Acesso em 08 de outubro de 2023
Revista Digital- Buenos Aires- Año 10- N° 93- Febrero de 2006. Classificação da deficiência visual: compreendendo conceitos esportivos, educacionais, médicos e legais. <http://www.efdeportes.com/efd93/defic.htm> Acesso em 25 de setembro de 2023.

6.2 Obras consultadas

ANDRADE, Sônia Maria de Oliveira e PEGOLO, Giovana Elisa. Orgs. A pesquisa científica em saúde: concepção, execução e apresentação 2ª ed. (recurso eletrônico) Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020

ARAÚJO, Ana Cecília Silva. Educação em contextos não escolares: o audioguia como uma ferramenta de acessibilidade no espaço museal. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Graduação em Pedagogia. Natal, RN, 2023

BRASIL. CAT. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007**, Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), 2007. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 05 out. 2023.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. ONU. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 jun. 2006a
BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Tecnologia e Educação. Porto Alegre – RS. 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

CÂNDIDO, M. M. D.; AIDAR, G.; MARTINS, L. C. A experiência museal: discutindo a relação dos museus com seus visitantes na contemporaneidade. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 7, p. 308– 315, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16787>. Acesso em: 8 fev. 2023.

Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes (CIEBA), Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa Livro de Atas II Encontro de Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património Book of Proceedings 2 nd Meeting for Accessibility and Inclusion in Art and Heritage

EGIDIO, Roberta de Oliveira. Lagoa de Itaipu: um ecossistema lagunar. Usos e legislação ambiental. Niterói 2020. Dissertação apresentada, como requisito para o exame do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso. SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: Breve Passeio Histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de

MELLO Paulo Romeu Filho. (Orgs). Audiodescrição Transformando Imagens em Palavras. Governo do Estado de São Paulo. 2010. p. 19-36

LIMA, R. K. de; PEREIRA, L. F. Pescadores de Itaipú: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997
Niterói Projetos: Canto de Itaipu, Lagoa, Centro, Favelas, São Lourenço, Médico de Família. Departamento de Urbanismo (UDOU) – 05 de setembro de 2014. <https://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/anexos/Plano%20Diretor/10.%20Plano%20Diretor%2092/12.%20Plano,%20Projeto%20e%20Estatuto/Projeto%20Canto%20de%20Itaip%C3%BA.PDF> Acesso em 25 de janeiro de 2024

MIBIELI, Bruno. Mestre Cambuci e o “sumiço da tainha”: uma nova imagem sobre Itaipu. Monografia – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MONTOAN, Maria Teresaglé. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003- (Coleção cotidiano escolar)
OPAS- Organização Pan-Americana de Saúde. <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-ocular#:~:text=Defici%C3%Aancia%20da%20vis%C3%A3o%20para%20longe>.

[visual%20inferior%20a%203%2F6](#) Acesso em 05 de janeiro de 2024.

PENA Mônica dos Anjos e SILVA, Luciana Santos. Audiodescrição à luz da Legislação brasileira- Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós. ISSN, ano 4, número 15, agosto de 2014.

PESSANHA, E. G. F. Os companheiros – trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói: EdUFF, 2003.

Portal do IPHAN- Legislação e preservação ambiental de Itaipu
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Preservacao_Ambiental_Itaipu.pdf
Acesso em 22 de janeiro de 2024.

SARTORETTO. Mara Lúcia; BERSCH, Rita. Assistiva - Tecnologia e Educação. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/ca.html>. Acesso em: 05 out. 2023.

SENADO FEDERAL, Estatuto da pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidente da República, 2015.

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_a_com_deficiencia_3ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf)

SIGeo. Sistema de Gestão de Geoinformação. Prefeitura Municipal de Niterói, Niterói, RJ. 2023.

https://lh3.googleusercontent.com/pw/AM-JKLXmZILvByDBFgGUP2n6lawd1Kp4t-nCqd28BY067eBvJ4oObYNKbIUgK_EJVVQMqJESttNRtdzu4f3A7bQsMvKIWMr0OHGz8m8S6N5LeP98kmpTlkYARROLD4IEEp8tSOIXqWAeCrEqIc3yewPBh0xD=w480-h270-no?authuser=2

STAINBACK, S. Inclusão: um guia para educadores. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TOMÉ, Dolores- Apostila UNO- introdução a musicografia Braille- módulo ambientação

7. APÊNDICES E ANEXOS

7.1 APENDICE

7.1.1 Apêndice 1: RCLE

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

1) **Título do protocolo do estudo:** CONSTRUÇÃO DO MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU, NITERÓI (RJ): ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

2) **Convite**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa CONSTRUÇÃO DO MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU, NITERÓI (RJ): ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ouvir cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) **O que é o projeto?**

O projeto consiste em promover a acessibilidade ao deficiente visual, através da construção e validação da audiodescrição da história e do acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu, que é um lugar de memória, espaço de conhecimento, interação, cultura, arte e tantas outras possibilidades de aprendizagem e ressignificação.

De acordo com o artigo 215 da Constituição Federal de 1988: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” Contudo, são poucos os espaços culturais com acessibilidade. Desta forma, a proposta da audiodescrição apresenta-se como um recurso de tecnologia assistiva a qual assegura a pessoa com deficiência visual tal direito.

4) **Qual é o objetivo do estudo?**

Este projeto tem como objetivo geral avaliar o material de audiodescrição produzido sobre o espaço físico, a história local e o acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) Niterói, RJ.

Entre outras atividades pretendemos avaliar, validar e disponibilizar o acesso na internet ao público, oportunizando a ampliação do conhecimento e da cultura.

5) **Por que eu fui escolhido(a)?**

*Você foi convidado pois atende os critérios de **Inclusão** (pessoas com cegueira total congênita ou adquirida, na faixa etária entre 18 (dezoito) e 40*

(quarenta) anos, sem grupo étnico ou gênero definido) e **Exclusão** (Deficientes visuais com déficit cognitivo associado, sem autonomia ou com deficiência visual adquirida a menos de 5 anos) da pesquisa.

Sua participação é completamente voluntária, e caso se recuse a participar, você não será penalizado(a) de forma alguma.

6) Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar, você deverá assinar em braile ou expressar oralmente sua aceitação para que este Registro seja gravado e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Caso você aceite, participará efetivamente da avaliação e validação da audiodescrição do Museu de Arqueologia de Itaipu, tornando possível o acesso na internet a este, por todas as pessoas com deficiência visual que tenham interesse no tema. Para isso, você precisará ouvir as audiodescrições produzidas através do Link/Qr Code disponibilizado, e responder a 6 perguntas discursivas que serão feitas durante uma breve entrevista, realizada na modalidade presencial ou on line, de acordo com suas possibilidades e disponibilidades de tempo, locomoção e tecnologias assistivas.

Durante a entrevista pedimos sua autorização para fazer registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da nossa conversa pois é imprescindível sua concordância no uso de sua voz, imagem ou opinião.

() Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Asseguraremos a expressa liberdade do(a) participante de se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento durante a entrevista.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Não há exigências em relação a essa pesquisa, apenas seu aceite em participar, e a satisfação e a honra da sua participação e da sua contribuição para esse estudo.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Não haverá qualquer pagamento para você participar da pesquisa, assim como você também não receberá qualquer valor.

Garantiremos o ressarcimento nas despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, podendo ser no valor do transporte e/ou alimentação, caso

haja necessidade, tendo em vista que as ligações ao/à pesquisador/a podem ser feita a cobrar.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

De acordo com as Resolução CNS nº466/2012 e nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos. Os riscos previstos neste estudo são mínimos, tais como: o incômodo por possível exposição, dificuldades em acessar recursos de tecnologias assistivas para realizarem a avaliação do produto e, possível fragilidade e/ ou vulnerabilidade ao responder sobre o tipo e o tempo de cegueira. Para evitar ou diminuir tais riscos, garantiremos o sigilo de informações e identidade durante a realização da pesquisa, sendo divulgados apenas mediante autorização após a conclusão; utilizaremos o recurso da entrevista (oral), que poderá ser presencial ou *on line*, de acordo com as possibilidades e disponibilidades de tempo, locomoção e tecnologias assistivas, com 6 (seis) perguntas simples, no qual os participantes estejam cientes que poderão não responder as perguntas, que poderão interromper a qualquer momento e continuar em outro momento agendado e/ou que podem pausar de acordo com suas necessidades e dinâmica, sendo garantida a presença e a permanência de uma pessoa de sua confiança, possibilitando conforto segurança e tranquilidade, caso necessite ou deseje.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Esta pesquisa tem como benefício direto o contato cultural do participante com o acervo do museu. E como benefício indireto a disponibilização à sociedade o acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu em audiodescrição, tornando possível que outras pessoas com deficiência visual do país e do mundo tenham acesso através da internet.

12) O que acontece quando o estudo termina?

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não, e que a divulgação dos resultados acontecerá através da redação e defesa da dissertação, e através das redes sociais do museu. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em arquivo digital, protegido por senha, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 28, Inciso IV), para que o/a participante possa decidir livremente sobre sua participação e sobre o uso de seus dados no momento e no futuro.

13) E se algo der errado?

Garantiremos a expressa de liberdade do/a participante de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, bem como a se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento durante a entrevista que será aplicada na pesquisa. Informo que é garantido ao participante o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), decorrentes da sua participação na pesquisa

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Garantiremos o sigilo de informações e identidade e privacidade do participante durante a realização da pesquisa, sendo divulgados apenas mediante autorização após a conclusão, caso não haja objeção.

15) Contato para informações adicionais

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: Alessandra Alves dos Santos (contato telefônico: (21) 99891-6366 e-mail: alessandra_alves@id.uff.br)

Dados da Instituição Proponente: Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão- Instituto de Biologia- Universidade Federal Fluminense.

Dados do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – *Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova) - Telefone: (21) 2629-5119 – Email: eticahumanas.comite@id.uff.br*

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

16) Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ouvir estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine em braile ou expresse oralmente sua aceitação para que seja gravado este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisadora. Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que ouvi e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Data: ____/____/____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

Cabe ressaltar que o TCLE foi realizado através de gravações de concordância, devido a deficiência visual e ao fato de ter sido acontecido on line, utilizando Google Meet.

7.1.2 Apêndice 2: Termo de compromisso do pesquisador responsável.

TERMO COMPROMISSO ÉTICO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Alessandra Alves dos Santos, pesquisadora responsável pelo Projeto de Pesquisa intitulado Construção do material audiodescritivo do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), Niterói (RJ): Acessibilidade para pessoas com Deficiência Visual, junto aos demais pesquisadores Neuza Rejane Wille Lima, declaramos ter total conhecimento do conteúdo do referido projeto e nos comprometemos a cumprir todos os Termos das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, especialmente a Resolução 466/12 e complementares, bem como todo ordenamento jurídico referente ao assunto.

Comprometemo-nos a tornar público os resultados desta pesquisa, quer sejam eles favoráveis ou não. Entregaremos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, através de notificações na Plataforma Brasil, os relatórios parciais, de seis em seis meses, e o relatório final da pesquisa e produção científica.

Comprometemo-nos a manter a confidencialidade e sigilo dos dados obtidos, bem como a privacidade de seus conteúdos, mantendo a integridade moral e a privacidade dos participantes da pesquisa, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais; garantia de que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa. Não repassaremos os dados coletados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa. Ao publicar os resultados da pesquisa, manteremos o anonimato dos participantes.

Também nos comprometemos com a utilização das informações obtidas nesta pesquisa apenas para o cumprimento dos objetivos científicos previstos no projeto aprovado por este CEP. Os dados coletados não serão utilizados para outras pesquisas, além disso, serão guardados de forma sigilosa, segura, confidencial e privada, por cinco anos, e depois serão destruídos, por via adequada.

Niterói, 14 de junho de 2024



Alessandra Alves dos Santos

7.1.3 Apêndice 3: Tabela do material audiodescrito

Audiodescrição 1- Artefatos de pedra



Audiodescrição: 1

INÍCIO DA AUDIODESCRIÇÃO: Caixa retangular de vidro. Nela estão expostas pedras lisas de diversos tamanhos e formas que eram utilizadas como utensílios: para corte, pilão, ponta de lança, soquetes entre outros. No fundo verde da caixa de vidro, temos um texto explicativo. **FIM DA AUDIODESCRIÇÃO**

Texto adaptado em linguagem simples:

“O povoamento litorâneo e seus testemunhos culturais”.

A produção de ferramentas utilizando pedras, representou para a Pré-história a mesma importância que o metal representa para a nossa Era. O uso das pedras como tecnologia, mostra toda a engenhosidade humana. Essas pedras apontam o quanto o homem havia evoluído até então. Seja lascada ou polida, a pedra, usada como tecnologia para instrumentos utilitários, adornos, utensílios, construções, etc. foram elementos essenciais para manutenção da vida dos diferentes grupos que povoaram o atual território brasileiro, fosse o interior do país ou ao longo do nosso vasto litoral.

Essa tecnologia é evidenciada em achados arqueológicos de pequenos seixos (fragmentos de rochas ou minerais com formato e superfície lisa) ou quartzos (cristais de rocha de tamanhos variados) entalhados de forma utilitária.

Esses materiais eram entalhados em grandes almofarizes (recipientes feitos de

materiais diversos utilizados para triturar e dar forma a substâncias sólidas). Tais peças contribuem para o entendimento de como diferentes grupos chegaram à costa Fluminense e, depois se dispersaram.

Distintas teorias concorrem para explicar o povoamento do litoral do Estado do Rio de Janeiro, mas algumas conclusões gerais comuns podem já ser consideradas: sabe-se que vários grupos alcançaram esta extensa faixa costeira há aproximadamente 8 mil anos (por exemplo, sítio Camboinhas), em diferentes momentos, e que seguiram rotas diversas ao longo da Costa ou vindos do interior. Sabe-se também que pertenciam não apenas a uma tradição cultural, mas a várias e que possuíam certa similaridade, o que sugere que tais grupos mantinham contato entre si com muito mais intensidade do que se pensava até recentemente, além de serem bastante receptivos às culturas de terras estranhas, ainda que nenhuma influência exterior fosse tão forte a ponto de apagar suas identidades culturais, ao menos, não até a chegada dos grupos ceramistas (grupos que faziam artefatos de barro).

Esse ambiente de mútuas influências entre distintos grupos do litoral em contato com grupos do interior teve um papel decisivo na constituição desses povos, pois atravessou as barreiras entre os grupos, para a adaptação às necessidades locais. Acrescida da pesca e da coleta de mariscos, essas trocas proporcionaram a estas sociedades uma extraordinária atmosfera para o desenvolvimento de novas técnicas e de novas formas de organização social, como aquelas encontradas em Sambaquis (depósitos construídos pelo homem, constituídos por materiais orgânicos e calcários que foram empilhados ao longo do tempo).

FIM DO TEXTO.

<https://www.youtube.com/watch?v=S7rW2WooW6U>



Audiodescrição 2- Pré história, legado e tradição



Audiodescrição: 2

INÍCIO DA AUDIODESCRIÇÃO: Caixa retangular de vidro, nela encontramos restos de conchas e pedras de diferentes formas e tamanhos, uma pedra porosa de tamanho maior que as demais, com furos; pedaços de ossos e vértebras de animais. Detalhes da vida social dos povos da Pré-história litorânea brasileira, em especial fluminense. Na parede por dentro da caixa de vidro, temos um texto explicativo. **FIM DA AUDIODESCRIÇÃO**

Segue o texto adaptado em linguagem simples:

“Pré-história legado e tradição.”

Em um texto escrito no século XIX d.C, o *Glossaria Linguarium Brasiliensium*, impresso em 1868, da autoria do botânico, etnógrafo e médico Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1968), encontra-se um dos mais antigos testemunhos da palavra *Itaipu*, *lapis sonans* ou pedra que soa, isto é, rochedo de água rumorejante. No mesmo livro, von Martius registra o vocábulo *sernambi* como *locus concharum* ou “lugar de conchas”. A origem do nome *Itaipu*, ainda que guarde um significado um tanto obscuro, oferece um fato revelador em

relação a *sernambi*, palavra associada a Sambaqui, a qual, pode-se interpretar, de acordo com a língua Tupi formado pelo vocábulo *tãba* que significa concha e *ki* que denota amontoado (*tãbaki* ou *tambaqui/ sambaqui*): ambas as palavras assinalam a presença dos últimos habitantes de nosso litoral antes da chegada dos europeus. É possível que os grupos que aqui viviam, até pelo menos os séculos XVI d.C., tenham chegado a esta parte do litoral não muito tempo depois dos últimos remanescentes dos povos sambaquieiros, entre 1.500 e 1000 anos atrás, e até quem sabe mantido contato. No entanto, arqueologia tem demonstrado que até alcançar este momento de fixação, a tradição cultural destes grupos indígenas (Una e Tupi Guarani) havia sido precedida por diversas outras que assumiram, em graus variados, alguns traços culturais de seus antecessores, substituindo-os, ainda que tivesse duração apenas durante aquele período, em seus antigos locais de habitação. Estas populações ocuparam não um ou outro dos antigos sítios, como o Duna Grande, mas também suas imediações, demonstrando o quanto é importante considerar o complexo de sítios arqueológicos em seu conjunto e não isoladamente. Há aproximadamente 1.400 anos, estes grupos passaram a re-habitar estes locais (por exemplo, Duna Pequena e Camboinhas), caracterizando-se já por uma alimentação bem mais variada do que aquela que seus antecessores, com a caça de animais de diferentes portes, a pesca não apenas marítima, mas, preferencialmente lagunar e vegetais através do pequeno cultivo. Eles desenvolveram uma “indústria cerâmica”, aprimoraram a “indústria lítica” (estudo dos fragmentos de minerais e rochas que foram utilizados por povos da pré- história, encontrados em sítios arqueológicos) e se tornaram bem mais complexos em seu modo de viver. FIM DO TEXTO.

<https://www.youtube.com/watch?v=j9Ypwmm4UrU>



Audiodescrição 3- Artefatos de cerâmica



Audiodescrição: 3

INÍCIO DA AUDIODESCRIÇÃO: Caixa retangular de vidro. Nela contem partes de artefatos de cerâmica de variadas formas, modelos, cores e tamanhos, encontrados e guardados por pescadores e moradores locais ao longo dos anos, na região de Itaipu. Na parede ao fundo da caixa de vidro, temos um texto explicativo. **FIM DA AUDIODESCRIÇÃO**

Segue o texto adaptado em linguagem simples:

Recolhimento de Santa Teresa remanescente da colonização portuguesa.

No século XVIII d.C., quando a ocupação e dominação colonial portuguesa da América já estavam em curso há mais de dois séculos, ergueu-se à beira da praia de Itaipu, um recolhimento religioso, cuja finalidade era o enclausuramento feminino tendo como objetivo a preservação e a recuperação da honra de mulheres desvirtuadas.

Os recolhimentos destinavam-se a viúvas, órfãs, prostitutas arrependidas, moças e esposas que não contavam com a proteção masculina e mulheres que desejavam seguir a vida religiosa sem, no entanto, fazer votos perpétuos. Também encontravam-se aquelas que haviam cometido adultério e as filhas

desobedientes que, como punição e Castigo de culpas, eram afastadas da sociedade para viver em clausura e devoção religiosa de forma purificar-se e a readquirir a honra.

O Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu foi fundado por Manoel da Rocha, em 1764, com auxílio de Manoel Francisco da Costa, padre da Igreja Matriz da Paróquia de São Sebastião de Itaipu, e do provisor do bispado Antônio José dos Reis Pereira e Castro, na data de 17 de junho daquele ano.

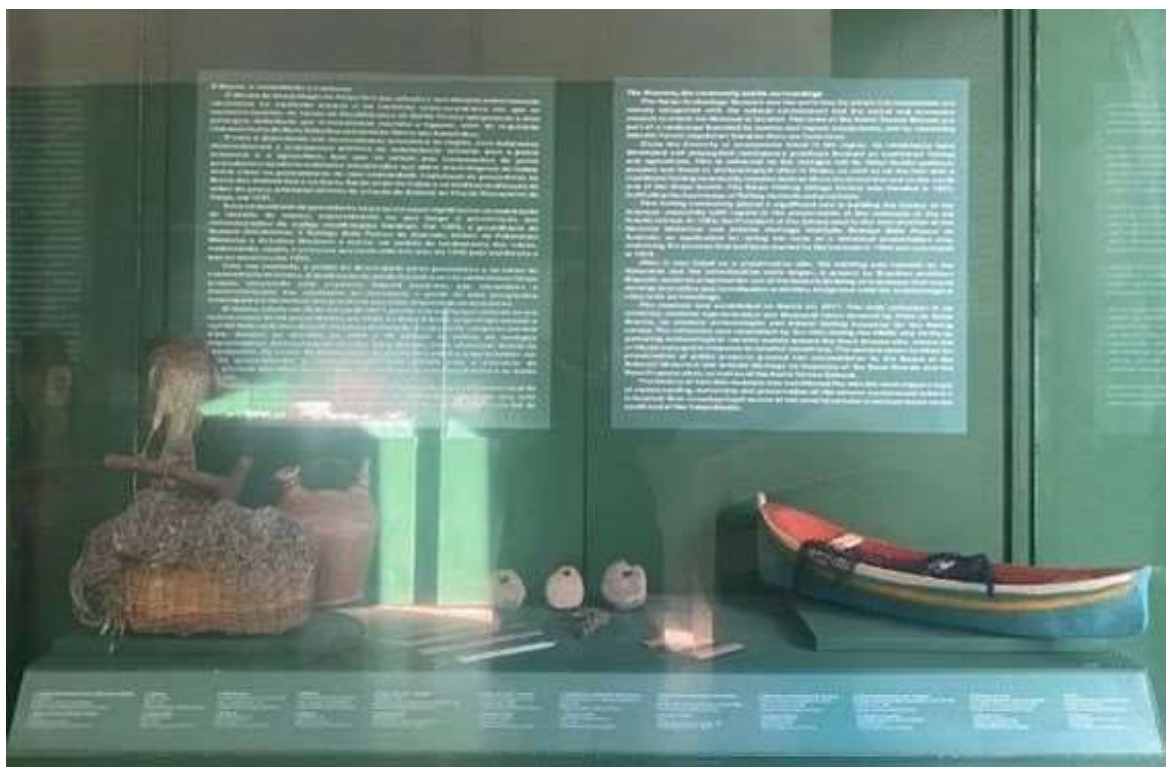
Relatos de visitas eleitorais à Freguesia de São Sebastião de Itaipu, nos anos de 1811 e 1812, apontam a existência de doze mulheres recolhidas no estabelecimento, dentre as quais religiosas, moças, mulheres casadas e escravas, que dependiam de esmolas e do sustento do então Vigário José Pereira d' Almeida para se manter, ainda assim, em um estado de "pobreza franciscana (...). O edifício ainda que pequeno é forte, e bem edificado, mas tão mal conservado, desalinhado, o cujo, que mete nojo", diz o relato, inspirando descrédito e desconfiança perante as autoridades eclesiásticas como local para controle de conduta de suas recolhidas.

A visível decadência da instituição em princípios do século XIX, culminou com abandono do prédio após seu breve uso como asilo para menores em 1883. A edificação em ruínas foi posteriormente ocupada com habitações de pescadores da região e com a instalação em uma de suas dependências de um motor gerador de energia. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), deu início em 1946, ao processo de tombamento das Ruínas no antigo recolhimento feminino, sendo o mesmo concluído em 8 de janeiro de 1955 com sua inscrição do livro de Tombo de Belas Artes." FIM DO TEXTO.

<https://www.youtube.com/watch?v=IXUH3RBSy78>



Audiodescrição 4- O museu, a comunidade e o entorno



Audiodescrição: 4

INÍCIO DA AUDIODESCRIÇÃO: Quarta caixa retangular de vidro. Nela contem artefatos utilizados pela comunidade pesqueira no decorrer dos anos: agulhas de variados tamanhos, cestos, rede de pesca, pesos de pedra, miniatura de canoa feita de madeira. Na parede verde ao fundo da caixa de vidro, temos um texto explicativo. **FIM DA AUDIODESCRIÇÃO**

Segue o texto adaptado em linguagem simples:

O museu, a comunidade e o entorno

O Museu de Arqueologia de Itaipu tem sua criação e sua atuação estreitamente vinculados ao ambiente natural e ao contexto sócio-econômico em que se encontra inserido. As ruínas do Recolhimento de Santa Teresa integram-se a uma paisagem delimitada por ecossistemas marinho e lagunar, além da vegetação remanescente da Mata Atlântica presente no Morro das Andorinhas.

Frente à diversidade dos ecossistemas existentes na região, seus habitantes desenvolveram propagaram práticas de subsistência voltados para pesca artesanal e a agricultura, fato que se reflete nos testemunhos de povos pescadores- caçadores- coletores encontrados nos sítios arqueológicos de Itaipu, assim como na permanência de uma comunidade tradicional de pescadores no Morro das Andorinhas e no Canto Sul da praia de Itaipu e na institucionalização do saber da pesca artesanal através da criação da Colônia da Vila de Pescadores de Itaipu em 1921.

Essa comunidade de pescadores exerceu um papel significativo na construção da história do museu, especialmente no que tange à preservação dos remanescentes do antigo recolhimento feminino. Em 1950, a presidência da Colônia encaminhou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional à época, um pedido de tombamento das ruínas, endossando, assim, o processo que havia sido iniciado em 1946 pela instituição e que se encerrou em 1955.

Uma vez tombado, o prédio foi desocupado pelos pescadores e as obras de consolidação iniciadas. A destinação do prédio histórico ao uso como Museu foi um projeto idealizado pelo arquiteto Edgard Jacintho, que vislumbrou o desenvolvimento das atividades da instituição a partir de uma perspectiva investigativa e inovadora integrando-as aos sítios arqueológicos do Entorno.

O museu criado em 22 de março de 1977, possui como principal coleção de seu acervo cerca de mil peças doadas por Hildo de Mello Ribeiro, arqueólogo amador e agente federal de fiscalização de pesca da Colônia. A coleção foi composta por seu Hildo durante as décadas de 1960 e 70 através da coleta de vestígios arqueológicos, principalmente no sítio Duna Grande, onde afloravam devido às intempéries (variadas condições climáticas). As ações de preservação do patrimônio público empreendidas por Hildo garantiram-lhe o credenciamento pelo DPHAN para o exercício de fiscalização dos sítios Duna Grande e Duna Pequena e do Recolhimento de Santa Teresa.

O histórico de Constituição desse Museu insere-se na lógica orgânica local de compreensão, apropriação e conservação do ambiente natural em que está situado, manifestando-se como mais uma das práticas culturais do Canto Sul da praia de Itaipu.” FIM DO TEXTO.

<https://www.youtube.com/watch?v=kTJsVtSD2bU>



7.2. Anexo

7.2.1. Anexo 1: Carta de anuência



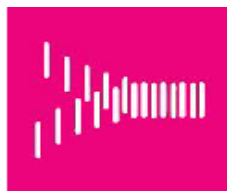
CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro que eu, FLÁVIO SILVEIRA ALMEIDA, CPF 099958877-03, Diretor Substituto do Museu de Arqueologia de Itaipu, estou de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado, **CONSTRUÇÃO DO MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU, NITERÓI (RJ): ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**, coordenado pela pesquisadora Alessandra Alves dos Santos, sob orientação da pesquisadora Profa. Dra. Neuza Rejane Wille Lima na Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Biologia, Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI). O MAI assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados entre os meses de julho/2024 até novembro/ 2024. A autorização para realização da pesquisa fica condicionada à obediência de procedimentos de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação. Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. Autorizamos a citação do nome da instituição nos títulos e textos das futuras publicações dos resultados do estudo.

Niterói, 06 de junho de 2024.



Anexo 2: Termo de comprometimento Laboratório de audiodescrição



LABIMAGO – Laboratório de Acessibilidade de Imagens
Universidade Federal Fluminense

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

O Laboratório de acessibilidade de Imagens – LABIMAGO – Projeto de Extensão e Pesquisa – Coordenado pela Profª Dra Dagmar de Mello e Silva - está de acordo em contribuir com a execução do projeto de pesquisa intitulado, CONSTRUÇÃO DO MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU, NITERÓI (RJ): ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, coordenado pela pesquisadora Alessandra Alves dos Santos, sob orientação da pesquisadora Profa. Dra. Neuza Rejane Wille Lima na Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Biologia, Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI).

O Laboratório de acessibilidade de Imagens – LABIMAGO - assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa oferecendo consultoria e validação em audiodescrição entre os meses de julho/2024 até novembro/ 2024. A autorização para realização da pesquisa fica condicionada à obediência de procedimentos de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. Autorizamos (ou não autorizamos) a citação do nome da instituição nos títulos e textos das futuras publicações dos resultados do estudo.

Niterói, 10 de junho de 2024.

7.2.3 Anexo 3: Parecer consubstanciado aprovado em 17 de setembro de 2024 pelo Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE HUMANAS - UFF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSTRUÇÃO DO MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU, NITERÓI (RJ): ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Pesquisador: Alessandra Alves dos Santos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81550424.0.0000.8160

Instituição Proponente: Curso Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.082.979

Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de pesquisa CONSTRUÇÃO DO MATERIAL AUDIODESCRITIVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU, NITERÓI (RJ): ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Produzir material de audiodescrição para o espaço físico, a história local e o acervo do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) Niterói, RJ, através da acessibilidade em link/QR Code, para pessoas com deficiência visual.

Objetivo Secundário:

1. Realizar levantamento bibliográfico sobre a história e o acervo do MAI;
2. Produzir a Audiodescrição sobre os conteúdos do MAI;
3. Gerar link/QR Code sobre a descrição dos conteúdos do MAI;
4. Validar o material de audiodescrição produzido;
5. Publicar o produto gerado em documentos científicos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos previstos neste estudo são mínimos, tais como: o constrangimento ou incômodo por

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 7.082.979

possível exposição na entrevista, dificuldades em acessar recursos de tecnologias assistivas para realizarem a avaliação do produto e, possível fragilidade e/ ou vulnerabilidade ao responder sobre o tipo de cegueira e há quanto tempo é

Cego, caso tenha sido algo traumático. Para minimizar tais riscos, garantiremos o sigilo de informações e proteção à identidade, sendo divulgados apenas mediante autorização neste. Será assegurado também a possibilidade de interromper a qualquer momento a entrevista ou recusar-se a responder a qualquer uma das Perguntas. A entrevista (oral), presencial ou remota, será agendada de acordo com as possibilidades e disponibilidades de tempo, locomoção e tecnologias assistivas do participante, e este terá assegurado, caso queira, o direito a presença e permanência de uma pessoa de sua confiança, possibilitando conforto segurança e tranquilidade. Como medida protetiva de constrangimento, a pesquisadora também se colocará à disposição no suporte às questões tecnológicas.

Benefícios:

Esta pesquisa tem como benefício direto o contato cultural do participante com o acervo do museu. E como benefício indireto a disponibilização à sociedade o acervo do mai em audiodescrição, tornando possível que outras pessoas com deficiência visual do país e do mundo tenham acesso ao acesso através da internet.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de resposta ao parecer pendente número 7.017.619 emitido pelo CEP em 20 de agosto de 2024

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo [Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações](#).

Recomendações:

Vide campo [Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações](#).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto foi considerado pendente no parecer número 7.017.619 emitido pelo CEP em 20 de agosto de 2024 nos seguintes pontos:

1. Revisar e incluir nos documentos Informações Básicas da Pesquisa

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha	
Bairro: GRAGOATA	CEP: 24.210-346
UF: RJ	Município: NITEROI
Telefone: (21)2629-5119	E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 7.082.979

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2364785.pdf e projeto_submissao.PDF os critérios de inclusão e exclusão para os participantes da pesquisa de forma a cumprir as determinações previstas da Norma Operacional CNS Nº 001/2013.

Considerando que o (a) pesquisador (a) deve modificar os critérios de inclusão e exclusão para os participantes da pesquisa, o cumprimento das pendências elencadas neste parecer não garante a inexistência de novas pendências, especialmente relacionadas à análise de riscos e medidas protetivas, além da eventual necessidade da inclusão de novos documentos como Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir).

Resposta a pendência: A correção solicitada foi efetuada em todos os documentos do protocolo de pesquisa. O texto na página 6, parágrafos 1 e 2, do documento PROJETO_DETALHADO_VERSAO_1, no tópico Critérios de inclusão e exclusão, foi alterado, conforme segue abaixo: CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Inclusão: pessoas com cegueira total congênita ou adquirida, na faixa etária entre 18 (dezoito) e 40 (quarenta) anos, sem grupo étnico ou gênero definido.

Exclusão: Deficientes visuais com déficit cognitivo associado, sem autonomia ou com deficiência visual adquirida a menos de 5 (cinco) anos.

Análise do CEP: Pendência atendida

2. O (A) pesquisador(a) apresenta o documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2364785.pdf e projeto_submissao.PDF com data de início da coleta de dados anterior a submissão do protocolo de pesquisa do sistema CEP/CONEP. De acordo com a Resolução CNS Nº 510/2016, o sistema CEP/CONEP não autoriza a avaliação de projetos já iniciados e/ou finalizados: Capítulo VI Art. 28. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe: I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco. Além disso, considerando a Norma Operacional

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 7.062.979

CNS nº 001 de 2013, item 3.3.f, todos os protocolos de pesquisa devem conter (...) e cronograma que descreva a duração total e as diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que a pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP/CONEP.

Resposta a pendência: As datas das etapas de execução do cronograma da pesquisa foram corrigidas nos documentos do protocolo de pesquisa.

Análise do CEP: Pendência atendida

3. Revisar o documento "tcle_completo_ok.pdf" incluindo os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa, de forma a cumprir as determinações previstas na Resolução CNS nº 466/12.

O modelo do Termo de Consentimento Livre e esclarecido pode ser consultado no endereço do CEP Humanas/UFF <http://cephumanas.sites.uff.br/>.

Revisar a descrição da característica da amostra estudada.

Resposta a pendência: O documento "TCLE-versao 1" foi corrigido conforme solicitado, e o texto foi ajustado ao modelo proposto no site do CEP-Humanas. O texto de riscos, medidas protetivas, e os benefícios foram uniformizados em todos os documentos do protocolo de pesquisa. O TCLE corrigido foi anexado em formato PDF na Plataforma Brasil.

O texto destacado abaixo sobre os riscos e medidas protetivas, e benefícios diretos e indiretos foram incluídos no TCLE:

"Os riscos previstos neste estudo são mínimos, tais como: o constrangimento ou incômodo por possível exposição na entrevista, dificuldades em acessar recursos de tecnologias assistivas para realizarem a avaliação do produto e, possível fragilidade e/ ou vulnerabilidade ao responder sobre o tipo de cegueira e há quanto tempo é cego, caso tenha sido algo traumático.

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha	
Bairro: GRAGOATA	CEP: 24.210-346
UF: RJ	Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119	E-mail: etichumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 7.082.979

Para minimizar tais riscos, garantiremos o sigilo de informações e proteção à identidade, sendo divulgados apenas mediante autorização neste. Será assegurado também a possibilidade de interromper a qualquer momento a entrevista ou recusar-se a responder a qualquer uma das perguntas. A entrevista (oral), presencial ou remota, será agendada de acordo com as possibilidades e disponibilidades de tempo, locomoção e tecnologias assistivas do participante, e este terá assegurado, caso queira, o direito a presença e permanência de uma pessoa de sua confiança, possibilitando conforto segurança e tranquilidade. Como medida protetiva de constrangimento, a pesquisadora também se colocará à disposição no suporte às questões tecnológicas.

Análise do CEP: Pendência atendida

Após a análise dos documentos apresentados o CEP considera que o protocolo atende aos ditames de eticidade do sistema CEP/CONEP, devendo ser aprovado.

Ressalta-se que toda proposta de modificação ao projeto original deve ser encaminhada ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. Ao final da edição do cadastro na Plataforma, no item "Justificativa da Emenda", o pesquisador deve identificar de forma clara e sucinta a parte do protocolo a ser modificado e suas justificativas.

Ressalta-se, ainda, que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para serem devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº. 001/13, item XI.2.d.

Solicita-se que antes do envio do Relatório Final ou Parcial na Plataforma Brasil o (a) pesquisador (a) efetue os seguintes passos: 1. Faça o download do Formulário de Envio de Relatório Parcial ou Relatório Final, na página do CEP Humanas UFF no seguinte link: <http://cephumanas.sites.uff.br/formulario-para-envio-de-relatorio-final-ou-parcial-de-pesquisa/>. 2. Preencha o formulário. 3. Anexe o Formulário na plataforma brasil juntamente com o Relatório Final ou Parcial.

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 7.082.979

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa e CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS N° 510/2016, na Resolução CNS N° 466/2012, e na Norma Operacional CNS N° 001/2013, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2364785.pdf	06/09/2024 19:44:39		Aceito
Cronograma	ANEXO_1_PLANO_DE_TRABALHO_E_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO_VE_RSAO_1.pdf	06/09/2024 19:43:00	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Outros	Carta_resposta-versao_1_.pdf	06/09/2024 19:23:17	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE-versao_1.pdf	06/09/2024 19:18:18	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_VERSAO_1.pdf	06/09/2024 19:09:38	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_completo_ok.pdf	04/07/2024 20:14:40	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_submissao.pdf	28/06/2024 19:29:27	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Termo_de_compromisso_do_pesquisador_responsavelassinado.pdf	28/06/2024 19:26:01	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso_laboratorio_de_audiodescricaoassinado.pdf	28/06/2024 19:23:19	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_completo.pdf	28/06/2024 19:17:59	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Declaração de concordância	Carta_anuencia_Alessandra_Acessibilidadeassinado.pdf	28/06/2024 19:14:29	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	ANEXO_III_ENTREVISTA_PARA_AVALIACAO_DO_PRODUTO.pdf	28/06/2024 19:07:04	Alessandra Alves dos Santos	Aceito

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

Continuação do Parecer: 7.082.979

Orçamento	ANEXO_II_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	28/06/2024 19:08:00	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Cronograma	ANEXO_I_PLANO_DE_TRABALHO_E_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	28/06/2024 19:04:40	Alessandra Alves dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_Alessandra_assinada.pdf	28/06/2024 18:53:19	Alessandra Alves dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NITEROI, 17 de Setembro de 2024

Assinado por:

HELENA DE SOUZA PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

